

Convergência

ISSN 0010-8162

Julho / Agosto - 2000 - ANO XXXV - N. 334

- Brasil — 500 Anos: Diálogo e Esperança
- Brasil — 500 anos: Início de uma Nova Caminhada?
- Educação Evangelizadora em um Mundo Globalizado
- Experiências de Encontro com Deus Pai



SUMÁRIO

Editorial	321
Palavra do Papa	324
Informe CRB.....	329
Artigos	333
Brasil — 500 Anos. Diálogo e Esperança	333
CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)	
Brasil — 500 anos: Início de uma Nova Caminhada?	
Análise de Conjuntura	348
CBJP (Comissão Brasileira Justiça e Paz)	
IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento)	
Educação Evangelizadora em um Mundo Globalizado	363
Suraya Benjamin Chaloub	
Experiências de Encontro com Deus Pai	373
Álvaro Barreiro, SJ	

A ilustração da capa de Convergência-2000 é uma versão brasileira do ícone russo da Santíssima Trindade de Rublev, por Cláudio Pastro.

ASSINATURA PARA 2000:

BRASIL: Terrestre ou aérea	R\$ 72,00
Número avulso (Brasil)	R\$ 7,20
EXTERIOR: Terrestre ou aérea	US\$ 85,00
ou o correspondente em R\$ (Reais).	

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da

Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB

ISSN 0010-8162

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Romi Auth, FSP

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Pe. Cleto Calirman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (0**21) 240-7299

e-mail: crb006@ibm.net

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

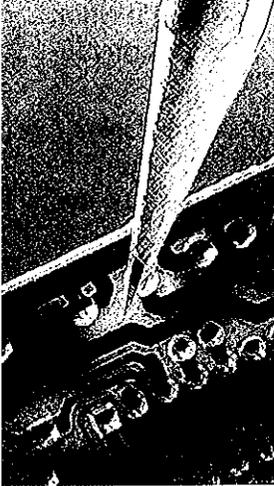
Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP

Tel.: (0**11) 6914-1922

e-mail: loyola@ibm.net



O Vaticano II, profecia para o Terceiro Milênio

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

Há trinta e cinco anos, concluía-se em Roma as sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II. Começava a segunda etapa deste singular evento da Igreja católica no século XX, a etapa da sua recepção nas igrejas particulares do mundo inteiro.

Na sua recente Carta Apostólica — *“Tertio Millennio Adveniente”* — o Papa referiu-se ao Vaticano II como “um acontecimento providencial, através do qual a Igreja iniciou a preparação próxima para o Jubileu do segundo milênio.”

Efetivamente, existe hoje um consenso bastante grande de que o Vaticano II foi o acontecimento eclesial maior do nosso século, um tempo de graça e de extraordinária ação do Espírito na comunidade eclesial e na própria história humana. Seus grandes eixos teológicos e teológico-pastorais foram eixos propulsores da renovação de grande alcance que se operou na Igreja atingindo todas as suas dimensões de vida e missão, e transformando a sua maneira de situar-se no mundo moderno. Renovação que não está terminada, senão que apenas começou e que precisa continuar mediante um processo dinâmico que será, sem dúvida, marcado por tensões intra e extra-eclesiais, mas conduzido pela livre e vigorosa ação do Espírito, presente na história e nos caminhos históricos do povo de Deus peregrino.

Depois de trinta e cinco anos, é preciso não perder de vista a herança do Vaticano II e as perspectivas inéditas que se abriram com a sua aplicação. O tempo da “primeira” recepção está concluído. A geração protagonista deste evento, que fez possível que o Concílio assumisse os rumos que assumiu, vai agora saindo de cena. A geração daqueles e daquelas que testemunharam os fatos e se empenham para construir sobre os alicerces conciliares a edificação de uma nova concepção de Igreja, de teologia, de pastoral, — na teoria e na prática —, pagando por isso, muitas vezes, o preço da incompreensão e do conflito, está consciente de que a herança conciliar, necessariamente, deve passar às mãos da nova geração, a geração

daqueles e daquelas que só conhecem o concílio através da história, ou melhor, como evento do passado, do qual não foram protagonistas nem mesmo testemunhas comprometidas.

No seu *discurso de encerramento do recente Congresso Internacional sobre a aplicação dos ensinamentos conciliares* — publicado neste número de *Convergência* —, o **Papa** afirmou enfaticamente: “o XXI Concílio Ecumênico cresceu e deu vida a uma árvore que já alarga os seus ramos majestosos e frondosos na Vinha do Senhor... uma nova estação abre-se diante de nossos olhos: trata-se do tempo do aprofundamento, o período da colheita daquilo que os Padres conciliares semearam e a geração destes anos cuidou e esperou. O Vaticano II constitui uma verdadeira PROFECIA para a vida da Igreja; e continuará a sê-lo por muitos anos do terceiro milênio”. Os novos arautos dessa profecia são precisamente a nova geração de cristãs e cristãos que não viveram o Concílio, mas que se comprometeram e/ou estão se comprometendo com as grandes perspectivas teológicas e de vida eclesial abertas pelo Concílio.

Por tudo isso, fazer memória dos trinta e cinco anos desse magno evento eclesial do século XX significa para a Vida Religiosa de hoje e de amanhã, comprometer-se audazmente com essa “nova estação que se abre diante de nós”, para que a seiva conciliar faça germinar novas e fecundas sementes de Vida e Esperança na caminhada histórica do Povo de Deus, num mundo marcado por dramáticas transformações.

“*Diálogo e Esperança*” é a Carta dirigida à sociedade brasileira e às nossas comunidades pela **Assembléia Geral da CNBB** deste ano jubilar, que refletiu sobre a visão pastoral da Igreja no Brasil, neste momento histórico em que se contam 500 anos de evangelização. No final do encontro, os Bispos publicaram o Documento. Nele, além de fazer uma breve incursão histórica no passado, e uma análise do momento presente, o Episcopado Nacional apresenta propostas para o futuro da evangelização no país. Essas propostas são autênticos desafios para a missão da comunidade eclesial no Brasil globalizado de hoje. São elas: — contrapor a atual tendência ao individualismo e ao corporativismo, assumindo as próprias responsabilidades; — garantir condições mínimas de sobrevivência; — resgatar a chamada “dívida social”; — promover a justa distribuição de renda; — combater a corrupção e a impunidade; — fortalecer a consciência ética; — promover uma sociedade que respeite as diferenças (etnias, culturas e expressões religiosas); — preservar o ambiente. No dizer da Carta, “a sociedade brasileira dispõe de recursos, conhecimentos e pessoas para a construção de um futuro de dignidade e esperança para o seu povo... todos devemos ser parceiros na busca do bem comum e do desenvolvimento do país”. *Convergência* oferece às comunidades a íntegra da Carta, como subsídio importante para a missão da Vida Religiosa hoje.

Também na **Assembléia da CNBB** foi apresentada uma séria e documentada *análise de conjuntura*. O texto elaborado por uma comissão “ad hoc” contém elementos de reflexão crítico-construtiva sobre o momento histórico que atravessa a

humanidade, e sobre os grandes desafios que se colocam para a sociedade e a Igreja no Brasil, a partir desta realidade. “Fica cada vez mais claro, — diz o texto — que desenvolvimento social não é só crescimento econômico. É também garantia de transparência na construção da Justiça e da Paz, base de uma sociedade sem excluídos”. Nossa Revista publica um *extrato do texto*, no intuito de oferecer às comunidades religiosas um subsídio para o desempenho da sua missão evangelizadora no momento atual.

O artigo de **Suraya Benjamin Chaloub** — “*Educação evangelizadora num mundo globalizado*” — é uma reflexão séria e bem documentada sobre a situação da educação no atual momento histórico. Além de analisar os desafios que o momento levanta para a educação, a autora apresenta referenciais para uma proposta pedagógica comprometida com os princípios evangélicos: visão de educação, referenciais ético-políticos e referenciais epistemológicos. Em expressão da autora, “a questão pedagógica inclui, no próprio aprender o aprender vida e aprender mundo, com vistas à construção de um mundo onde caibam todos.”

Pe. Álvaro Barreiro, no seu artigo — “*Experiências de encontro com Deus Pai*” — apresenta uma série de testemunhos colhidos no seu ministério de orientador de retiro sobre a experiência do amor misericordioso de Deus Pai. O texto tem, portanto, um caráter testimonial e prático-existencial. Visa transmitir experiências profundas de fé, predominantemente de leigos e leigas cristãs, mediante as quais religiosos e religiosas poderão sentir-se “confirmados na vocação e missão que receberam do Senhor”, e na certeza de que a misericórdia do Pai está na raiz de toda experiência de Deus genuinamente cristã. ■

O TEMPO DA “PRIMEIRA” RECEPÇÃO ESTÁ CONCLUÍDO. A GERAÇÃO
PROTAGONISTA DESTA EVENTO, QUE FEZ POSSÍVEL QUE O CONCÍLIO ASSUMISSE
OS RUMOS QUE ASSUMIU, VAI AGORA SAINDO DE CENA. A GERAÇÃO
DAQUELES E DAQUELAS QUE TESTEMUNHARAM OS FATOS E SE EMPENHAM PARA
CONSTRUIR SOBRE OS ALICERCES CONCILIARES A EDIFICAÇÃO DE UMA NOVA
CONCEPÇÃO DE IGREJA, DE TEOLOGIA, DE PASTORAL, — NA TEORIA E NA
PRÁTICA —, PAGANDO POR ISSO, MUITAS VEZES, O PREÇO DA INCOMPREENSÃO
E DO CONFLITO, ESTÁ CONSCIENTE DE QUE A HERANÇA CONCILIAR,
NECESSARIAMENTE, DEVE PASSAR ÀS MÃOS DA NOVA GERAÇÃO, A GERAÇÃO
DAQUELES E DAQUELAS QUE SÓ CONHECEM O CONCÍLIO ATRAVÉS DA HISTÓRIA,
OU MELHOR, COMO EVENTO DO PASSADO, DO QUAL NÃO FORAM
PROTAGONISTAS NEM MESMO TESTEMUNHAS COMPROMETIDAS.

João Paulo II transmite ao Terceiro Milênio a Profecia do Concílio Ecumênico Vaticano II

Discurso de encerramento do Congresso Intenacional sobre a aplicação dos ensinamentos conciliares

O Concílio Vaticano II *constituiu uma dádiva do Espírito à sua Igreja*. Por este motivo permanece como um evento fundamental não só para compreender a história da Igreja no fim do século mas também, e sobretudo, para verificar a presença permanente do Ressuscitado ao lado da sua Esposa no meio das vicissitudes do mundo. Mediante a Assembléia conciliar, que viu chegar à Sé de Pedro Bispos de todas as partes do mundo, pôde-se constatar que o patrimônio de dois mil anos de fé se conservou na sua originalidade autêntica.

A Igreja fez sobretudo uma experiência de fé

Juntamente com o Concílio, a *Igreja fez sobretudo uma experiência de fé*, abandonando-se a Deus sem reservas, na atitude de quem confia e tem a certeza de ser amado. E precisamente este ato de abandono a Deus que, segundo um sereno exame das Atas, emerge com força. Quem desejasse aproximar-se do Concílio prescindindo desta chave de leitura, *privar-se-ia da possibilidade de penetrar na sua alma mais profunda*. É só numa perspectiva de fé que o evento conciliar se abre aos nossos olhos como um dom, do qual é necessário saber captar a riqueza ainda escondida.

Entretanto, voltam à mente as significativas palavras de São Vicente de Lérin: «A Igreja de Cristo, cuidadosa e cauta guardiã dos dogmas que lhe foram confiados, jamais os altera; em nada os diminui e nada lhes adiciona; não a priva do que é necessário, nem lhe acrescenta o que é supérfluo; não perde o que é seu, nem se apropria do que pertence aos outros, mas com todo o zelo, recorrendo com fidelidade e sabedoria aos antigos dogmas, tem como único desejo aperfeiçoar e purificar aqueles que antigamente receberam uma primeira forma e esboço, consolidar e reforçar aqueles que já foram evidenciados e desenvolvidos, salvaguardar aqueles que já foram confirmados e definidos» (*Commonitorium*, XXIII).

Aos Padres conciliares apresentou-se um verdadeiro desafio

Aos Padres conciliares apresentou-se um *verdadeiro desafio*, que consistia no compromisso de compreender mais intimamente, num período de rápidas transformações, a natureza da Igreja e a sua relação com o mundo para prover à oportuna «atualização». Enfrentamos este desafio — também eu me encontrava entre os Padres conciliares — e demos-lhe uma resposta, procurando uma compreensão mais coerente da fé. No Concílio, tornamos manifesto o fato de que também o *homem contemporâneo*, se quiser compreender profundamente a si mesmo, *tem necessidade de Jesus Cristo e da sua Igreja*, que permanece no mundo como sinal de unidade e de comunhão.

Os cristãos não podem delegar a tarefa de anunciar o Evangelho

Na realidade a Igreja, Povo de Deus que percorre os caminhos da história, é o *peregrino testemunho de uma profecia* que, enquanto atesta a novidade da promessa, torna evidente a sua atuação. O Deus que prometeu é o Deus fiel que cumpre sua palavra.

Não é isto porventura o que a Tradição que remonta aos Apóstolos nos permite verificar todos os dias? Não nos encontramos acaso num constante processo de transmissão da Palavra que salva e leva ao homem, onde quer que ele esteja, o sentido da sua existência? Depositária da Palavra revelada, a Igreja tem a missão de anunciá-la a todos.

Esta sua missão profética comporta a assunção da responsabilidade de tornar visível aquilo que a Palavra anuncia. Devemos pôr em prática os sinais visíveis da salvação, para que o anúncio que transmitimos seja compreendido na sua integridade. Anunciar o Evangelho ao mundo é uma tarefa que os cristãos não podem delegar a outrem. Trata-se de uma missão que os identifica na responsabilidade própria da fé e da seqüela de Cristo! O Concílio quis restituir esta verdade fundamental a todos os fiéis.

Superar as interpretações parciais que obstaram o Magistério conciliar

Para recordar o aniversário dos primeiros vinte anos do Concílio Vaticano II, em 1985 convoquei um Sínodo Extraordinário dos Bispos, com a finalidade de celebrar, verificar e promover o ensinamento conciliar. Na sua análise, os Bispos falaram das «luzes e sombras» que caracterizaram o período pós-conciliar. Por este motivo, na Carta *Tertio millennio adveniente* escrevi que «o exame de consciência não pode deixar de incluir também a *recepção do Concílio*» (n. 36). Hoje agradeço a todos vós que aqui viestes de várias partes do mundo para dar uma resposta a este pedido. O trabalho que realizastes nestes dias evidenciou o fato de que o ensinamento conciliar está eficazmente presente na vida da Igreja. Sem dúvida, ele exige um conhecimento cada vez mais profundo. Todavia, no interior desta dinâmica é necessário que não se perca de vista a intenção genuína dos Padres conciliares; pelo contrário, esta deve ser recuperada *superando as interpretações desconfiadas e parciais* que impediram de exprimir da melhor forma a novidade do Magistério conciliar.

CONVÉNCIA

O Concílio põe-se na linha da fé de sempre

A Igreja conhece desde sempre *as regras* para uma reta hermenêutica dos conteúdos do dogma. Trata-se de regras que se colocam no *interior do tecido da fé* e não fora dele. Interpretar o Concílio pensando que ele comporta uma ruptura com o passado, enquanto na realidade *ele se põe na linha da fé de sempre*, é decididamente desviar-se do caminho. Aquilo que foi acreditado por «todos, sempre e em cada lugar» é a autêntica novidade que permite a cada época sentir-se iluminada pela palavra da Revelação de Deus em Jesus Cristo.

A eficácia deste ato de amor não se esgotou de forma alguma

O Concílio constitui um ato de amor: «Um grande e tríplice ato de amor» como disse Paulo VI no Discurso de abertura do IV período do Concílio — um ato de amor «a Deus, à Igreja e à humanidade» (*Insegnamenti*, Vol. III [1965], pág. 475). A eficácia deste ato não se esgotou de forma alguma: ela continua a atuar através da rica dinâmica dos seus ensinamentos.

A Constituição dogmática «Dei Verbum»

A Constituição dogmática *Dei Verbum* colocou com renovada consciência a *Palavra de Deus no âmago da vida da Igreja*. Esta centralidade deve-se à mais viva percepção da unidade da Sagrada Escritura e da Tradição. A Palavra de Deus, que é mantida viva pela fé do povo santo dos fiéis sob a orientação do Magistério, exige também que cada um de nós assuma a própria responsabilidade, *conservando íntegro o processo de transmissão*.

A fim de que a primazia da Revelação do Pai à humanidade perdure com todo o vigor na sua novidade radical, é necessário que a teologia seja a primeira a tornar-se um instrumento coerente do seu entendimento. Na Encíclica *Fides et ratio*, escrevi: «Enquanto compreensão da Revelação a teologia, nas sucessivas épocas históricas, sempre sentiu como próprio dever escutar as solicitações das várias culturas, para as permear depois, através de uma coerente conceptualização, com o conteúdo da fé. Também hoje lhe compete uma dupla tarefa. Por um lado, deve cumprir a missão que o Concílio Vaticano II lhe confiou: renovar as suas metodologias, tendo em vista um serviço mais eficaz à evangelização (...) por outro lado, a teologia deve manter o olhar fixo na verdade última que lhe é confiada por meio da Revelação, não se contentando com paragens em etapas intermediárias» (n. 92).

A Constituição «Sacrosanctum concilium»

Aquilo em que a Igreja acredita é o que ela assume como objecto da sua oração. A Constituição *Sacrosanctum concilium* explicou quais são as premissas para uma vida litúrgica que preste a Deus o verdadeiro culto que Lhe é devido por parte do povo, chamado a exercer o sacerdócio na nova Aliança. A ação litúrgica deve permitir a cada fiel *entrar no íntimo do mistério* para captar a beleza do louvor ao Deus uno e trino. Com efeito, na terra ela constitui uma antecipação do louvor que as plêiades dos Beatos prestam a Deus no céu. Por conseguinte, em cada cele-

bração litúrgica deveria oferecer-se aos participantes a possibilidade de antegozar, não obstante seja sob o véu da fé, um pouco das doçuras que hão-de provir da contemplação de Deus no Paraíso. Por isso, cada ministro, consciente da responsabilidade que tem por todo o povo que lhe é confiado, deverá ater-se fielmente ao respeito pela sacralidade do rito, crescendo na compreensão daquilo que ele mesmo celebra.

A Constituição dogmática «Lumen gentium»

«Cremos ter chegado a hora em que a verdade acerca da Igreja de Cristo há-de ser aprofundada, ordenada e expressa», afirmou Paulo VI no Discurso de abertura do II período do Concílio (*Insegnamenti*, Vol. I [1963], pp. 173-174). O inolvidável Pontífice identificou a principal tarefa do Concílio nesta expressão. A Constituição dogmática *Lumen gentium* foi um genuíno cântico de exaltação da beleza da Esposa de Cristo. Naquelas páginas, completamos a doutrina expressa pelo Concílio Vaticano I e *imprimimos o selo para um renovado estudo do mistério da Igreja*.

A *communio* é o fundamento no qual está assente a realidade da Igreja. Uma *koinonia* que tem a sua fonte no mistério mesmo de Deus uno e trino e alarga-se a todos os batizados, que por isso são chamados à plena unidade em Cristo. Esta comunhão torna-se evidente nas várias formas institucionais em que se realiza o ministério eclesial e na função do Sucessor de Pedro como sinal visível da unidade de todos os fiéis. A ninguém passará despercebido o fato de que, com grande impulso, o Concílio Vaticano II fez seu o *anélito «ecumênico»*. O movimento de encontro e clarificação, que se atuou com todos os irmãos batizados, é *irreversível*. E a força do Espírito que chama os fiéis à obediência, para que a unidade seja um eficaz manancial de evangelização. A comunhão que a Igreja vive com o Pai, o Filho e o Espírito Santo é uma indicação do modo como os irmãos são chamados a viver juntos.

A Constituição pastoral “Gaudium et Spes”

«O Concílio, que nos ofereceu uma rica doutrina eclesiológica, uniu organicamente o seu ensinamento acerca da Igreja àquele — sobre a vocação do homem em Cristo»: é quanto eu disse na Homília para a abertura do Sínodo dos Bispos, no dia 24 de Novembro de 1985 (*Insegnamenti*, Vol. VIII, 2, pág. 1371). A Constituição pastoral *Gaudium et spes*, que levantava os interrogativos fundamentais aos quais cada pessoa é chamada a dar uma resposta, dirige hoje também a nós palavras que nada perderam da própria atualidade: «O mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado» (n. 22). Trata-se de palavras que me são mais caras do que nunca, e quis repropô-las nas passagens fundamentais do meu magistério. Aqui está a verdadeira síntese para a qual a Igreja deve sempre olhar, enquanto dialoga com o homem deste e de todos os tempos: ela está consciente de que possui uma mensagem que é síntese fecunda da expectativa de cada homem e da resposta que Deus lhe dirige. Na Encarnação do Filho de Deus, que este Jubileu deseja celebrar no bimilenário deste evento, torna-se evidente a chamada

do homem. Ele não renuncia à sua dignidade quando se abandona fielmente a Cristo, porque assim a sua humanidade é elevada à participação na vida divina.

Cristo é a verdade que não conhece o caso: n'Ele Deus encontra cada homem, e é n'Ele que todo o homem pode ver Deus (cf. Jo 14,9-10). Nenhum encontro com o mundo será fecundo, se o fiel deixar de fixar o olhar no mistério da Encarnação do Filho de Deus. O vazio que hoje muitos experimentam diante do interrogativo acerca do porquê da vida e da morte, sobre o destino do homem e o sentido do sofrimento só pode ser colmado com o anúncio da verdade que é Jesus Cristo. O coração do homem será sempre «inquieto», enquanto não repousar n'Ele, que é o verdadeiro alívio para os «cansados e oprimidos» (cf. Mt 11, 28).

A «pequena semente» deu vida a uma árvore frondosa na Vinha do Senhor

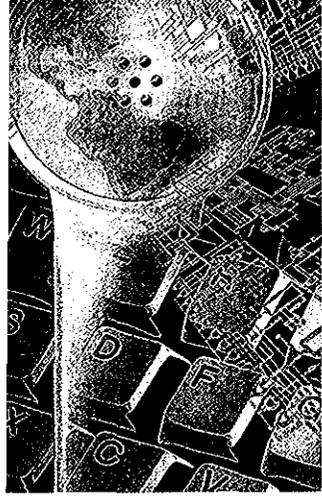
A «pequena semente» que João XXIII lançou «com a alma e a mão trepidantes» (Constituição Apostólica *Humanae salutis*, 25 de dezembro de 1961), na Basílica de São Paulo fora dos Muros no dia 25 de Janeiro de 1959, anunciando a intenção de convocar o XXI Concílio Ecumênico na história da Igreja, cresceu e deu vida a uma árvore que já alarga os seus ramos majestosos e frondosos na Vinha do Senhor. Ele já deu numerosos frutos nestes 35 anos de vida e ainda dará muitos outros nos anos vindouros. *Uma nova estação abre-se diante dos nossos olhos: trata-se do tempo do aprofundamento dos ensinamentos conciliares*, o período da colheita daquilo que os Padres conciliares semearam e a geração destes anos cuidou e esperou.

O Concílio Ecumênico Vaticano II constitui *uma verdadeira profecia para a vida da Igreja; e continuará a sê-lo por muitos anos do terceiro milênio há pouco iniciado*. A Igreja, enriquecida com as verdades eternas que lhe foram confiadas, ainda falará ao mundo, anunciando que Jesus Cristo é o único verdadeiro Salvador do mundo: ontem, hoje e sempre! ■

Joannes Paulus n. II

O VATICANO II CONSTITUI UMA VERDADEIRA PROFECIA PARA A VIDA DA IGREJA; E CONTINUARÁ A SÊ-LO POR MUITOS ANOS DO TERCEIRO MILÊNIO”.

OS NOVOS ARAUTOS DESSA PROFECIA SÃO PRECISAMENTE A NOVA GERAÇÃO DE CRISTÃS E CRISTÃOS QUE NÃO VIVERAM O CONCÍLIO, MAS QUE SE COMPROMETERAM E/OU ESTÃO SE COMPROMETENDO COM AS GRANDES PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS E DE VIDA ECLESIAL ABERTAS PELO CONCÍLIO.



1. Comunicado do CIMI à 38ª Assembléia Geral Da CNBB

*Principais problemas enfrentados pelos
Povos Indígenas no Brasil*

No intuito de colaborar com a CNBB na reflexão sobre a situação dos povos indígenas, apontaremos aqui, de forma bastante breve, os principais problemas por eles enfrentados e suas soluções possíveis.

1. Terra

Ao longo destes últimos 500 anos, a demarcação das terras indígenas tem sido a principal necessidade dos povos, como forma de proteção física e cultural.

Hoje o governo Fernando Henrique Cardoso afirma ter solucionado grande parte deste problema, faltando poucas terras para serem demarcadas. Esta mentira consegue convencer alguns governos estrangeiros que financiam demarcação de terras no Brasil e até algumas organizações não-governamentais brasileiras, a exemplo do Instituto Socioambiental (ISA), que chegou a afirmar, em seu periódico *Parabólicas*, que “demarcação de terras é página virada na história do Brasil”.

O CIMI tem registros próprios sobre a situação das terras indígenas no país. Nossos dados são obtidos criteriosamente, considerando as fontes oficiais (FUNAI) e informações de nossos missionários nas áreas. Apresentamos, a seguir, um quadro real da situação fundiária indígena no Brasil.

Terras Indígenas no Brasil:

- Total Geral das Terras: 739
- Terras Demarcadas: 231
- Terras Não Demarcadas: 508

Para solucionar o problema é necessário que o governo garanta no orçamento da Funai os recursos necessários e não submeta tais demarcações aos interesses dos grupos políticos e econômicos nas respectivas regiões.

2. Violência

A guerra contra os povos indígenas, iniciada em 1500, continua nos dias de hoje. Os registros do CIMI apontam, a cada ano, números cada vez mais alarmantes. Em 1999, 45 índios Guarani-Kaiowá se suicidaram. Neste ano os suicídios vêm continuando em iguais proporções. Invasão de garimpeiros, assassinatos de líderes indígenas, espancamentos, prisões ilegais, cerco policial e perseguição a índios e missionários, trabalho escravo, violência sexual e várias outras formas de violência persistem e se intensificam.

É óbvio que não se trata de um problema isolado, haja vista o alto índice de violência em todas as regiões do país vinculadas principalmente aos problemas sociais. Mas no caso específico das comunidades indígenas, seria solucionado em grande parte com a demarcação, defesa e proteção das terras indígenas e a devida responsabilização e punição dos culpados, muitos deles agentes do próprio poder público, com o dever de proteger e assistir aquelas comunidades e pessoas.

3. Conflitos entre índios e pequenos posseiros

Em 1997 o CIMI fez uma listagem dos conflitos existentes no país entre índios e trabalhadores rurais, chegando a totalizar 109 casos. No nosso entendimento estes deveriam entrar na agenda do governo como prioridade, com status de “urgência urgentíssima”. Esses pequenos posseiros não são inimigos dos índios. São pobres que, expulsos pelo grande latifúndio, foram obrigados a “invadir” terras indígenas.

Por parte do CIMI, CPT e MST, tem havido esforços para contribuir na resolução destes conflitos, fazendo inclusive trabalho de conscientização entre as partes envolvidas, ajudando-os a perceber que todos são vítimas de um mesmo projeto opressor e excludente. Infelizmente, nem sempre consegue-se evitar enfrentamentos que em alguns casos acabam resultando em mortes.

Em muitas regiões, o Estado Brasileiro é o responsável pelo desencadeamento destes conflitos, pois é muito comum a existência de assentamentos realizados pelo Incra dentro de terras indígenas.

Havendo interesse do governo, esses conflitos poderiam ser resolvidos facilmente com base num convênio firmado entre Funai e Incra, garantindo a retirada dos posseiros, com indenização de suas benfeitorias e o respectivo reassentamento dos mesmos, conforme prevê a legislação.

4. Saúde, Educação e Auto-Sustentação

Seguindo a lógica do modelo de Estado neoliberal, o governo brasileiro vem cada vez mais transferindo suas responsabilidades para terceiros (ONGs, prefeituras municipais e governos estaduais). Desta forma, as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento dos povos e comunidades indígenas deixam de estar submetidas apenas às possíveis malversações do recurso público por parte da Funai, ampliando-se a possibilidade de desvios, para várias instâncias e instituições. O controle sobre a aplicação correta das verbas fica mais difícil.

Na avaliação do CIMI, os convênios que o governo vem estabelecendo na área de saúde com ONGs, inclusive várias organizações indígenas, não têm como objetivo principal a melhoria da qualidade do atendimento, mas sim a cooptação das mesmas, evitando as denúncias e eximindo-se de qualquer culpa pelos possíveis fracassos (não alcance das metas).

O CIMI entende que a assistência nas áreas de saúde, educação e auto-sustentação deve ser assegurada pela União Federal, conforme determina a Constituição Brasileira, sendo envolvidos estados e municípios de acordo com suas competências. Os índios e entidades de apoio devem participar diretamente das decisões políticas sobre a forma da aplicação e controle das verbas e recursos humanos.

5. Conclusão

Para viabilizar as condições reais de superação dos problemas aqui elencados, são necessárias as seguintes iniciativas políticas:

1. Demarcação e regularização imediata de todas as terras indígenas, bem como a retirada de todos os invasores.
2. Revogação do Decreto 1.775/96 que estabelece o procedimento de demarcação das terras indígenas.
3. Aprovação do PL 2.057/91 – Estatuto dos Povos Indígenas.
4. Garantir, anualmente, recursos específicos e suficientes, dentro do Orçamento Geral da União, para atender as demandas indígenas.
5. Ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho pelo governo brasileiro.

Brasília, abril de 2000.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ■

2. Encontro Latino-americano sobre novos Estilos de Vida Religiosa e Comunitária

MENSAGEM FRATERNA

Convocados e convocadas pela CLAR para um encontro sobre “Novos Estilos de Vida Religiosa e Comunitária”, com a participação de Comunidades Leigas, Grupos Indígenas, novas Congregações e Congregações mais antigas, mas que vivem novas formas de vida, vivemos uma experiência de partilhar caminhos e buscas, conquistas e dificuldades, desejos e sonhos.

Experimentamos como o Espírito vem suscitando novos carismas, e vai renovando os que já existem. Em tudo isso, se expressam novos estilos de vida comunitária e consagrada.

Vivemos a comunhão a partir da pluralidade e, entre os desafios mais comuns que nos unem, encontramos:

- o cristocentrismo,
- a opção pela Justiça e pelo Reino, a partir dos pobres e marginalizados da América Latina e do Caribe,
- a contemplação, dimensão característica de qualquer vida cristã,
- o profetismo e o ecumenismo, a vocação de ser fermento evangélico,
- o esforço de estar em lugares de fronteira, onde ninguém vai,
- a comunhão com a raiz da tradição eclesial,
- as relações eqüitativas de gênero,
- as relações horizontais e fraternas.

Sentimo-nos chamados a continuar crescendo:

- na escuta ao Espírito, na conversão contínua, reconhecimento de nossos erros e experimentando a misericórdia de Deus,
- na abertura e busca de novos caminhos, em discernimento e fraternidade,
- na comunhão através de uma rede de comunidades,
- numa Igreja que trabalha pela justiça, paz, direitos humanos e respeito pela criação. Que reconhece, assume e valoriza o papel da mulher, das crianças, dos indígenas, afro-americanos, imigrantes e outros grupos vulneráveis,
- numa busca do rosto feminino da Igreja,
- numa Igreja aberta ao diálogo ecumênico e à ação conjunta com outros grupos religiosos e éticos.

A partir dessa experiência, e em comunhão com todo o Povo de Deus, comprometemo-nos a colaborar com uma Igreja:

- mais enraizada em Jesus Cristo, comunhão de comunidades, fermento, profeta e testemunho
- ministerial e corresponsável, serve e pobre,
- plural, inclusiva, peregrina e desinstalada,
- alma do mundo,
- questionadora do sistema neoliberal, das estruturas e culturas do mundo,
- constantemente evangelizada e evangelizadora,
- sem medo do conflito e do diferente.

Finalmente, agradecemos à CLAR essa convocação. Nela, inicia-se um caminho com um novo sopro do Espírito, que nos enche de esperança e nos apresenta novos desafios. E, também, pedimos que haja possibilidades de fortalecer mecanismo adequados para continuar crescendo juntos nesse processo.

Assinaturas dos convocados pela CLAR ■



Brasil — 500 Anos Diálogo e Esperança

*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
38ª Assembléia Geral — Porto Seguro, BA*

CARTA À SOCIEDADE BRASILEIRA E ÀS NOSSAS COMUNIDADES

1. Para celebrar os 500 anos de evangelização no Brasil, nós, Bispos da Igreja Católica, reunimo-nos, de 26 de abril a 3 de maio de 2000, em Porto Seguro, Bahia, lugar em que, há cinco séculos, foi celebrada a Primeira Missa em nossa terra. Quisemos unir-nos a toda a Nação, participando de um evento que nos convoca para repensar nosso passado e tomar consciência dos desafios atuais e futuros.

2. Nosso primeiro pensamento se eleva a Deus para agradecer o dom do Evangelho e os inúmeros benefícios que nos tem concedido ao longo dos cinco séculos.

3. Desejamos acolher a oportunidade histórica, para partilhar nossa reflexão e nossa esperança com todos os cidadãos brasileiros que queiram fazê-lo, sem excluir ninguém. Este diálogo continua aquele intercâmbio com a sociedade civil que a Igreja manteve, não sem conflitos, ao longo desses 500 anos. Comprometemos-nos a continuar o diálogo aberto à participação não apenas das comunidades cristãs, mas dos representantes dos diversos setores da sociedade.

4. Neste momento, o diálogo na sociedade brasileira não é fácil, como ficou evidente nas próprias celebrações dos 500 anos. Esperamos contribuir para maior proximidade entre as diversas populações, culturas e religiões, entre o Estado e o povo, entre as elites e as massas, entre tradições e comportamentos do passado e as aspirações que emergem, principalmente na juventude.

5. Nosso diálogo terá por tema um olhar sobre o passado, que nos permita reconhecer feridas e cicatrizes que ele deixou, para buscar caminhos de reconciliação e consenso no presente e discernir nossas responsabilidades e compromissos com o futuro.

6. Para iluminar nossa reflexão, a fim de que não se limite à mera constatação dos fatos, mas suscite uma nova consciência e um empenho generoso na ação, sustentados pela esperança, tomamos como referência a pessoa, vida e mensagem de Jesus Cristo, razão de nossa fé. Cremos que Ele é “Caminho, Verdade e Vida” para o mundo todo. Dois mil anos após o seu nascimento, que a Igreja celebra com o grande Jubileu, Ele continua sendo a luz da humanidade.

7. A encarnação do Filho de Deus projeta nova luz sobre o modo pelo qual as criaturas devem estar a serviço do Criador. Agora é Deus que se coloca a serviço da humanidade. Por isso, serve a Deus quem serve aos irmãos, imitando Jesus que “veio para servir, e não para ser servido” (Mc 10,45) e deu a própria vida para que todos tenham vida.

8. Na pessoa de Jesus Cristo — Deus conosco — manifesta-se o rosto autêntico do Mistério que envolve nossa vida. Jesus Cristo, concebido pela Virgem Maria por obra do Espírito Santo, nos traz uma imagem nova de Deus, ensinando-nos a chamá-lo de Pai. É o Deus que ama e acolhe homens e mulheres sem impor condições, considerando todos como filhos e filhas. Acolhendo a todos, rompendo barreiras e discriminações sociais, Jesus Cristo revela um Deus apaixonado pelo ser humano.

9. A pessoa humana, intimamente envolvida pelo amor de Deus e chamada para a felicidade eterna na comunhão trinitária, goza de dignidade própria e de valor único, que jamais poderão ser esquecidos, instrumentalizados ou destruídos. Diante de Deus, todos gozam da mesma dignidade e merecem o mesmo respeito (cf. At 10,34). Este ideal cristão contribuiu decisivamente para a afirmação, na sociedade moderna, de realidades como a liberdade, a valorização da pessoa humana e a promoção de seus direitos.

10. Jesus Cristo, revela-nos ainda a verdade última do ser humano. A fé cristã confessa Jesus Cristo como o fundamento da História, razão de ser da humanidade. Nele, toda a realidade criada tem sua fundamentação (Cl 1,17) e sua origem (Jo 1,3). O ser humano é criado à

imagem de Deus que se faz homem em Jesus Cristo, Novo Adão (Rm 5,14). Assim, Jesus Cristo não é apenas uma figura histórica importante do passado, mas constitui o modelo segundo o qual fomos criados. Deste modo, “manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre sua altíssima vocação”¹.

11. Jesus viveu totalmente para o Absoluto de Deus, que reconhecia como Pai, e viveu para seus semelhantes, sobretudo para os excluídos e sofridos, os pobres e os pecadores. Esta atitude, que caracterizou sua existência, nos revela o autenticamente humano. Quanto mais assumimos esta atitude, mais humanos somos. Quando dela nós afastamos, menos humanos nos tornamos. A história o comprova: seus períodos vergonhosos e violentos coincidem com o abandono da obediência a Deus e do respeito pelo semelhante.

12. Renovemos, com alegria, nossa fé em Jesus Cristo. A cruz de Cristo e sua ressurreição constituem a verdadeira fonte de esperança para o mundo. Não foi dada às grandes interrogações humanas — o amor, o sofrimento, a vida e a morte... — nenhuma resposta melhor ou mais sábia que a de Jesus. Convidamos cada um a refletir. Jesus nos ensina que Deus é Pai e é amor; que nos ama muito mais do que podem amar-nos um pai e uma mãe; que ama sem condições e perdoa sempre; que o faz com todos sem exceção, começando pelos desprezados e pecadores; que o amor é a única lei da vida; que o serviço é a norma. É concebível alguém propor algo que vá além do que Jesus ensinou e viveu?

13. A experiência da comunhão com Cristo, vivo no meio de nós, faz surgir a

1. Cf. CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 22.

esperança de vencer a morte e conservar para sempre os laços criados pela comunhão de vida com os irmãos. Fundamento desta esperança é o próprio Deus criador, que nos deu o dom desta vida e que manifestou seu poder na ressurreição de Cristo. Nela vemos realizada a aspiração humana da vitória da justiça sobre o mal, da afirmação da vida sobre a morte, da vitória de uma vida sacrificada por um ideal sobre o desperdício de uma existência sem sentido.

14. As conseqüências da revelação de Deus realizada em Jesus Cristo não só marcaram profundamente a História da humanidade, mas principalmente determinam o critério básico com que a Igreja deve olhar para si mesma e para a sociedade. A Igreja, para ser fiel ao Deus de Jesus Cristo, precisa colocar-se a serviço dos homens e mulheres, principalmente

dos mais fracos, sobretudo quando a dignidade da pessoa humana está ameaçada. Tudo o que afeta o ser humano afeta também a Igreja. Ela sente a desumanização, em suas múltiplas formas, como uma interpelação a si própria. Por isso, ela se preocupa em participar da construção de uma sociedade brasileira justa e solidária, promovendo a justiça e o amor e denunciando as injustiças.

15. Talvez, nossos contemporâneos, no final de um perturbado século XX, possam perceber melhor a caducidade das ideologias e a atualidade perene do Evangelho.

16. À luz da pessoa, da vida e da palavra de Jesus, olhamos os 500 anos da evangelização do Brasil, para discernir acertos e erros, avanços e retrocessos na edificação de uma Igreja, que seja sinal do Reino definitivo.

II. RECORDANDO O PASSADO

17. No passado, na era colonial e do Império, teve grande influência a lei do Padroado. Ligou trono e altar, cruz e espada. Se a intenção era boa, de fato, porém, criou dificuldades para a formação humana e cristã do povo brasileiro.

18. Os povos indígenas, em sua maioria, acabaram sendo escravizados e foram aos poucos dizimados pelo trabalho pesado, pelas doenças, pela destruturação cultural, por guerras e massacres. Fracassada a escravidão indígena, os colonizadores importaram pessoas da África negra para o trabalho escravo nas fazendas e nas minas. Este foi um dos aspectos negativos da colonização. Sempre que não se respeita o ser humano, todos se prejudicam.

19. Externamos profunda gratidão à providencial ação dos missionários. Ela foi sólida e fecunda, de sorte que, parafraseando o Papa João Paulo II, a verdade

sobre Deus e o homem, pregada por eles, ganhou um tal espaço a se constituir uma espécie de tribunal de acusação dos responsáveis daqueles abusos. (*Santo Domingo, Discurso inaugural* 4). Eles conseguiram criar uma cultura permeada de valores cristãos, dotada de profunda religiosidade, acolhedora e aberta à diversidade étnica, marcada por forte sensibilidade humana, sobretudo entre os mais humildes da população. Vale a pena recordar que aos poucos surgiram Irmandades entre nossos irmãos e irmãs de origem africana. Obtiveram notáveis resultados no testemunho da fé, virtudes sólidas e manifestações artísticas originais em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo, de Nossa Senhora e de Santos e Santas.

20. O período republicano trouxe a separação jurídica entre Igreja e Estado. A Igreja deixou de ser reconhecida como religião "oficial". Em lugar da aliança

Trono-Altar, surgiu a aliança Igreja-Povo. Esse fato trouxe para a Igreja maior liberdade e vida. As Ordens foram restauradas e vieram para o Brasil numerosas Congregações religiosas, que deram valiosa contribuição no campo da educação e da saúde. Foram também retomadas as missões nas mais difíceis e abandonadas regiões, Amazônia e Centro-Oeste. A Igreja pediu aos católicos maior empenho social e político.

21. Não obstante muitos aspectos positivos do passado, ficaram marcas negativas, fruto também de erros dos cristãos. Sem pretender culpar nossos antepassados, sentimos a necessidade de pedir perdão daquilo que objetivamente foi contra o Evangelho e feriu gravemente a dignidade humana e muitos irmãos e irmãs nossos. Aos índios foram tiradas as terras, a vida e até mesmo a razão de viver. Aos negros foi violentada a liberdade e dificultada a conservação de sua cultura e memória e até hoje não lhes foi restituída a condição da plena cidadania. E ainda a situação de extrema carência da parte do povo. Ela tem as suas raízes na longa história de exclusão da sociedade brasileira. Esta população pobre, juntamente com índios e negros, é credora de uma imensa dívida social, acumulada durante os séculos da formação de nosso povo.

22. Diante destas situações dolorosas, que perduram em nossos dias, pedimos perdão a Deus e a esses nossos irmãos e irmãs. Este pedido exige, de cada um de nós, que somos cidadãos e cidadãs desta pátria — mais ainda por sermos cristãos — o sincero arrependimento e o desejo de reparar o mal feito, decidindo-nos a viver no espírito do Evangelho e a ser, hoje, instrumentos de reconciliação e de edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

III. TOMANDO CONSCIÊNCIA DO PRESENTE

23. No presente preocupa-nos a população mais pobre, mais sofrida. O seu poder aquisitivo é quase nulo, o desemprego se faz sentir fortemente, a terra é mal distribuída. Há falta de saneamento básico e de assistência à saúde e o ensino público está em decadência. O aumento da violência, a expansão do tráfico de droga, a prostituição tanto de adultos quanto de jovens e crianças, a exploração do trabalho infantil, o permissivismo moral, o desmantelamento das famílias são alguns aspectos da vida do nosso povo, que diariamente sentimos em nossa experiência pastoral.

24. Surgem novas realidades que pedem nossa atenção urgente. Entre elas, sobretudo a globalização. Em si, o intercâmbio de informações, de recursos financeiros, de produtos materiais e bens culturais é positivo. A tecnologia ofere-

ce-nos, hoje, uma nova e extraordinária possibilidade de solidariedade humana. Há, todavia, na globalização o perigo de se perder a identidade e soberania do País. É necessário distinguir, como nos advertiu João Paulo II, no sínodo da América, realizado em 1997, entre uma globalização econômica dirigida só pela lei do mercado, aplicada conforme a conveniência dos mais poderosos, e uma globalização da solidariedade, que deve ser incentivada.

25. Dá-se uma transformação no campo ético e religioso. Valoriza-se a subjetividade. Ela, porém, não deve descambar para o subjetivismo e individualismo, afetando os fundamentos da convivência democrática. Tanto menos é aceitável a tendência para o relativismo no campo dos valores e da verdade.

26. Outro valor é o da pluralidade cultural e étnica, que sabe estimar as legítimas diferenças culturais de diversas origens de nossa população, tendo principalmente em vista os povos indígenas, as minorias étnicas, os descendentes de africanos, as mulheres, as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos. Este valor é negado quando estas pessoas são discriminadas por meio de um racismo disfarçado ou de desprezo e humilhação.

27. O nosso povo, também hoje, sobressai pela prática das virtudes da acolhida, da hospitalidade e da solidariedade. Sabe recriar constantemente o tecido das relações sociais e favorecer a construção de uma identidade plural, aberta e responsável. Isso é visível na sua capacidade de assumir, ao longo dos anos, as expressões culturais trazidas pelos imigrantes que escolheram o Brasil como sua pátria. É notável ainda a alegria contagiante do povo brasileiro.

28. As mudanças das últimas décadas foram vividas e acompanhadas de perto pela Igreja, que procurou denunciar e combater as conseqüências da adoção de medidas políticas e econômicas que acarretaram males e sofrimentos para as classes sociais mais humildes e indefesas².

29. Ficou conhecida a luta da Igreja pelos Direitos Humanos, em nosso País e na América Latina, face às ditaduras militares. Sabemos quanto a Igreja sofreu com perseguições e assassinatos contra bispos, padres, religiosas e leigos mais comprometidos com a justiça.

30. Nesse mesmo período, a Igreja foi a voz dos que não tinham voz na denúncia das arbitrariedades do poder, funda-

mentadas na ideologia da Segurança Nacional. Partiram do episcopado as primeiras denúncias quanto à falsidade dos princípios da Doutrina da Segurança Nacional, contrária à doutrina da Igreja. Essa discordância foi confirmada por documentos aprovados por Assembléias do episcopado.³ A postura de independência diante do poder estabelecido vem caracterizando uma nova posição da Igreja católica na sociedade, privada de favores e benesses de que gozava no passado, mas muito próxima do povo e dos que sofrem, o que lhe confere autoridade moral e credibilidade junto à população brasileira.

31. Na atuação da Igreja nas últimas décadas, desempenhou papel de liderança a Ação Católica, geral e especializada. Coube à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, a articulação da ação pastoral, favorecendo a colegialidade e unidade de atuação do episcopado e dando maior destaque à presença pública da Igreja. Contribuiu, ainda, para a recepção das diretrizes do Concílio Vaticano II e para a difusão do planejamento e da Pastoral de Conjunto. Com o apoio da CNBB, foram criados numerosos organismos pastorais, que levaram a presença da Igreja mais perto do povo marginalizado e sofredor, concretizando a evangélica opção preferencial pelos pobres. Multiplicaram-se, nesse contexto, as Comunidades Eclesiais de Base. As paróquias, que hoje ultrapassam o número de 8.500, foram dotadas de uma rede de 100 mil comunidades, confiadas à responsabilidade de leigos cristãos, homens e mulheres. Uma nova contribuição à evangelização e à catequese

2. Cf. os pronunciamentos da CNBB: "Exigências cristãs de uma ordem política" (1977); "Igreja e problema da terra" (1980); "Solo urbano e ação pastoral" (1982); "Por uma nova ordem constitucional" (1986); "Exigências éticas da ordem democrática" (1989); "Ética, pessoa e sociedade" (1992).

3. D. CÂNDIDO PADIN, "A Doutrina da Segurança Nacional à Luz da Doutrina da Igreja", *SEDOC*, 1968, 432-444; "Exigências cristãs de uma ordem política", 1977, 33-39; "Por uma nova ordem constitucional", 1986, 10-12.

veio dos movimentos e das redes católicas de rádio e televisão.

32. As transformações no campo religioso, nas últimas décadas, trouxeram para o Brasil um pluralismo religioso mais amplo, incluindo também posições de indiferentismo e de ateísmo, desafiando a Igreja Católica a tornar mais nítida e autêntica sua proposta evangelizadora e a buscar o anúncio que atenda melhor às expectativas do mundo de hoje. Grande atenção vem sendo dada à formação e às atividades dos leigos na Igreja. Aumentou também a responsabilidade missionária do Brasil, chamado agora a retribuir mais generosamente à cooperação missionária que recebeu e a pagar sua dívida moral com o continente africano. Alegremo-nos também pelos passos dados no campo ecumênico, que trouxeram novo entendimento e formas de cooperação entre algumas Igrejas cristãs.

33. Mais recentemente, assistimos ao surgimento de novas experiências religiosas, legitimamente cristãs, conhecidas como movimentos, que vêm contri-

buinto para o seguimento de Cristo e a participação na Igreja. O Papa João Paulo II tem feito pronunciamentos e promovido eventos, manifestando seu apoio e admiração por eles. Oferecemo-lhes igual apoio, junto com orientação e acompanhamento permanentes, para que sejam sempre fiéis ao Evangelho, no louvor a Deus, no amor ao próximo e no verdadeiro compromisso com a justiça social.

34. Aos nossos olhos, a raiz dos males que afligem o país tem o nome de pecado e de estruturas de pecado⁴. Sentimo-nos co-responsáveis pelas falhas de nossa sociedade e pedimos perdão a Deus e aos irmãos ofendidos. Fazemos isso na convicção de que os 500 anos do Brasil serão celebrados muito melhor com a decisão de transformar nossos propósitos e nossos atos do que com a retórica do ufanismo. Olhando para o futuro, queremos agora discernir os principais compromissos para com a grandeza e o progresso do Brasil e indicar também as responsabilidades próprias e características de quem professa a fé cristã.

IV. CONSTRUINDO O FUTURO

35. A sociedade brasileira dispõe de recursos, conhecimentos e pessoas para a construção de um futuro de dignidade e esperança para seu povo. Essa construção é de responsabilidade de todos os brasileiros, segundo as condições e possibilidades de cada um. Não pode ser delegada simplesmente ao governo ou à classe política, que também devem reorientar sua atuação para atender às necessidades do povo. Todos devemos ser parceiros na busca do bem comum e do desenvolvimento do país. A Igreja, como instituição e como corpo de fiéis, aberta ao diálogo com todos os brasilei-

ros, quer participar da busca do bem comum e apresenta algumas reflexões e propostas.

1. Assumir a responsabilidade com a comunidade e a sociedade

36. O primeiro compromisso de todos e de cada um — contra a atual tendência ao individualismo e ao corporativismo — é o de assumir efetivamente as próprias responsabilidades para com a comunidade local e a sociedade no seu conjunto. Isso exige a participação democrática em todos os níveis. Não se deve reduzir a democracia só às eleições, deixando que os

4. Cf. JOÃO PAULO II, *Sollicitudo rei socialis*, 36.

eleitos tudo resolvam durante seu mandato. Ao contrário, uma verdadeira democratização da sociedade requer que os cidadãos sejam co-responsáveis pela gestão dos bens públicos — das escolas, dos postos de saúde, do orçamento municipal — e assumam a tarefa de orientar e vigiar a administração pública através de conselhos paritários, previstos na lei ou que podem ser criados para garantir transparência ao serviço público e a participação do maior número de cidadãos. Em particular, os cidadãos devem acompanhar, apoiar e fiscalizar a atuação das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional, bem como do poder executivo e do poder judiciário, e têm direito a serem informados com clareza sobre o destino dos recursos públicos.

37. Esta participação democrática aproximará o Estado dos verdadeiros interesses da população, evitando que permaneça a serviço de poucos. Sua redução a “Estado mínimo”, em nosso país, redundaria no enfraquecimento dos direitos sociais e numa sociedade abandonada puramente às leis do mercado.

38. Portanto, é necessário redobrar o cuidado na escolha dos representantes do povo e no acompanhamento da atuação dos eleitos. Antes de novas eleições, procurar-se-á avaliar com justiça a atuação dos partidos, analisando as ações de seus parlamentares e governantes. Incentivamos nossas comunidades e organizações pastorais a oferecer oportunidades de formação política, a estudar os programas dos partidos e promover outras iniciativas — cartilhas, palestras, debates, escolas de fé e política — que contribuam para um melhor discernimento das escolhas no campo político.

39. Apesar das muitas dificuldades, inclusive a de vencer o descrédito junto à opinião pública, continua importante

a participação na vida política mediante os partidos, dos quais também se espera um comportamento digno, à altura das exigências de sua importante missão. Pedimos especialmente aos partidos que se empenhem numa seleção rigorosa de candidatos qualificados, competentes e honestos. Não menos importante é a participação nos sindicatos e nos movimentos sociais que defendem, sem violência, a vida e os legítimos interesses das classes populares.

40. Muitas pessoas, na atualidade, buscam a expressão de sua cidadania em outros tipos de participação social e política. Mostram-se generosamente disponíveis, como voluntários, para defender o meio-ambiente, promover obras sociais, prestar assistência médica, oferecer gratuitamente serviços no imenso campo da educação, especialmente lá onde ainda faltam estruturas públicas adequadas. Alguns desses movimentos se organizam, no plano nacional e internacional, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs).

41. Convidamos nossas instituições católicas (paróquias, comunidades de base, pastorais, movimentos, associações) a intensificar sua ação social, em parceria com os poderes públicos, com outras Igrejas e com as ONGs. É geralmente reconhecido que a participação democrática demanda não apenas instrumentos jurídicos que a facilitem, mas sobretudo a presença ativa de organizações que a sustentem e uma “cultura” que a motive. Nesse campo, não há dúvida, pode ser grande a contribuição de meios de comunicação social, instituições, associações e escolas de inspiração católica.

2. Garantir condições mínimas de subsistência

42. O compromisso de toda a sociedade civil exige objetivos claros. Colocamos

como prioritário o objetivo de resgatar a chamada "dívida social". Temos consciência de que a prática da justiça social é exigente. Um primeiro passo a ser dado é garantir condições mínimas de subsistência, compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Ainda que difícil, a consecução desse objetivo será viável com o apoio de todos. É preciso discutir sobre os meios mais eficazes para se chegar a resultados consistentes e evitar que as verbas destinadas aos programas sociais sejam desviadas de seu destino junto à população carente. Há iniciativas que já têm dado bons resultados, como a bolsa-escola, que vincula a ajuda à família à frequência escolar dos filhos. Com o cuidado de evitar corrupção ou desperdício, um programa para garantir a renda mínima deveria ser implementado. Também há evidente necessidade de moradias, saneamento básico, de melhoria da assistência à saúde e de valorização da escola pública. Será preciso apoiar a agricultura familiar, efetivar a reforma agrária e uma adequada política agrícola, valorizar a mulher e o homem do campo, garantir o abastecimento de gêneros alimentícios a baixo custo.

43. O fenômeno do desemprego merece atenção muito especial, pois tornou-se particularmente grave, trágico, nos últimos anos. O desemprego deve ser combatido por meio de políticas que facilitem a criação de novos empregos, inclusive pela transferência de trabalhadores de um setor para outro da economia. Essa transferência pode demorar e a justiça social impõe, nesse caso, ao menos um seguro-desemprego temporário. É uma transferência que exige educação para o trabalho e sua valorização, mediante treinamento e nova qualificação, oportunidades que o poder público e a iniciativa de instituições sem fins lucrativos devem oferecer.

44. Em muitos países, nos anos recentes, foram realizadas com sucesso diversas formas de assegurar crédito aos pobres pelos bancos que emprestam com juros baixos. O poder público e a iniciativa privada, além de organizações sem fins lucrativos e associações religiosas, muito poderiam realizar neste sentido.

45. A garantia de vida deve começar desde a concepção e a infância deve receber especial apoio, se não quisermos comprometer o futuro. Propomos aos governos e à sociedade a realização de grande mutirão para assegurar vida com dignidade e esperança a todas as crianças, revertendo o quadro inaceitável de desnutrição, trabalho infantil e falta de educação básica.

3. Promover a justa distribuição de renda

46. Estamos convictos de que objetivos como garantir a renda mínima ou tornar o crédito mais acessível aos pobres supõem o crescimento econômico, com justa distribuição de renda. Não cabe a nós discutir eventuais alternativas de política econômica ou aspectos técnicos da questão, mas é nossa responsabilidade reafirmar alguns princípios de orientação ética. "É estrito dever de justiça fazer que as necessidades humanas fundamentais sejam satisfeitas. Por isso, é necessário que os seres humanos em situação de carência sejam auxiliados a adquirir os conhecimentos, a desenvolver suas aptidões e a estabelecer relações para melhor integrar-se na sociedade e sair do estado de necessidade. Acima da lógica da troca e do lucro, existe *algo que é devido à pessoa humana porque é pessoa*, com base na sua própria dignidade. Esse *algo* comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver

e a dar de um contributo ativo para o bem comum”⁵.

47. O ex-presidente do FMI reconhece: “Há 15 anos, tínhamos a impressão de que o mercado não poderia conviver com a ética. Que a justiça e a eficácia eram contraditórias. Hoje, nos damos conta de que isso não é verdade. Percebemos que a democracia participativa, por exemplo, é melhor para o desenvolvimento econômico do que a ditadura. Percebemos que a busca da eficácia social, da diminuição da pobreza, pode ser um fator de sustentação do crescimento”⁶.

48. A doutrina social da Igreja reconhece a economia de mercado como eticamente admissível desde que enquadrada num sólido contexto jurídico, ou seja, dentro de normas reguladoras que garantam eficiente produtividade e ampla comercialização que facilite a todas as camadas sociais o acesso aos bens produzidos, pondo-a, assim, a serviço da pessoa humana⁷.

49. Ora, para nosso país, o que reivindicamos e acreditamos ser condição necessária da justiça social e do desenvolvimento democrático é exatamente o “sólido contexto jurídico”. No atual âmbito da globalização, essa regulamentação jurídica para a atividade econômica falta no plano mundial e é uma reivindicação urgente. Enquanto não for criada uma legislação internacional eficaz, mais urgente é adequar nossa legislação interna às novas condições da economia e do atual sistema financeiro. Trata-se de deixar claras as regras do jogo e de dar transparência plena à administração pública.

50. Em nosso País, temos a lamentar a falta dessa transparência e o que foi chamado de “promiscuidade” entre o público e o privado, pela qual administradores e recursos públicos são colocados a serviço de interesses particulares. São decisões a respeito dos bens do Estado, e portanto de todos, tomadas com vista ao interesse de poucos, geralmente dos mais poderosos. A opinião pública lamenta que o Estado, que procura privatizar suas atividades econômicas e até confiar à iniciativa privada responsabilidades que seriam de sua competência (como, por exemplo, parte da educação, da previdência social, da assistência social, dos serviços de saúde), seja tão solícito em gastar seus recursos financeiros em socorro aos bancos (particulares e estaduais) ou no pagamento de juros altíssimos, de tal forma que socializa as perdas, mas não os benefícios⁸. Critica-se aqui, além de uma política “neoliberal”, sem contornos éticos, uma forma arcaica e antidemocrática de favorecimento de uns em detrimento da maioria.

4. Combater a corrupção e a impunidade

51. É preciso acrescentar que a estrutura jurídica adequada não terá eficácia se não for efetivamente acompanhada pelo combate à corrupção e à impunidade. Observadores internacionais e brasileiros constataam um alto nível de corrupção em nosso país. Não negamos um esforço notável do governo, sobretudo na área fiscal, para evitar a sonegação ou combater a grilagem das terras. Mas parece evidente que o alto nível de corrupção está relacionado com a impunidade

5. Cf. JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus* (1991), nº 34.

6. Cf. Entrevista de MICHEL CAMDESSUS à revista *República*, abril 2000, p. 46-52.

7. Cf. JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus* (1991), nº 42.

8. Confirma o recente estudo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e IBRADES, *Pela ética na gestão do sistema financeiro nacional*. S. Paulo, Edições Loyola, 2000.

dos culpados. Quando os escândalos vêm à tona ou as investigações conseguem desvendar fraudes e crimes, raramente os principais culpados são punidos. Apelamos para os membros do poder judiciário, em todos seus níveis hierárquicos, no sentido de empregarem todos os meios que a lei lhes permite para acelerar o andamento de processos destinados à apuração dos atos de corrupção e condenando os realmente culpados. Se possível, promovam a alteração das normas processuais que facilitam as manobras de protelação dos julgamentos.

52. A corrupção se estende ao mecanismo fundamental da democracia — as eleições — e por isso temos apoiado a iniciativa da Comissão “Justiça e Paz” contra a corrupção eleitoral, acolhida pelo Congresso e transformada em lei. Apelamos, porém, a todos os cidadãos a fim de que a corrupção eleitoral seja combatida antes de tudo nas consciências, tornando claro a candidatos e eleitores como essa prática mina a própria base da democracia e aumenta o domínio da injustiça.

53. Outro dano gravíssimo à vida democrática deriva do atual processo de descrédito que envolve os três poderes. A multiplicação das denúncias de corrupção e fraude, que representantes do poder lançam um contra o outro, sem que apareça, com clareza e rapidez, a apuração das denúncias e a punição dos culpados, cria na opinião pública um sentimento de frustração e de desconfiança nas instituições democráticas. A Igreja Católica, porém, insiste em valorizar institutos democráticos como a autonomia dos três poderes, a liberdade de informação e de manifestação dos cidadãos. Insiste igualmente na formação

da consciência ética e religiosa como caminho de superação da atual crise que enfraquece as bases da convivência democrática.

54. A maioria da população sofre na carne a violência, que se instalou sobretudo nas cidades, pela difusão do crime organizado, gerando grande sensação de insegurança. Entre as causas desse crescente e alarmante fenômeno, que faz cotidianamente dezenas de vítimas, estão o enfraquecimento dos laços comunitários, a marginalização de crescente número de cidadãos, o consumo e tráfico de drogas, a corrupção dos aparatos responsáveis pela segurança pública e a impunidade reinante.

5. Fortalecer a consciência ética

55. O fortalecimento da consciência ética nas atividades públicas e na política partidária, bem como no uso dos recursos da Nação, apresenta-se como aspiração não só da Igreja, mas de toda a sociedade civil. O povo espera não só dos governantes e dos políticos, mas de todas as elites um compromisso mais claro e efetivo com o interesse nacional. Fazemos apelo aos detentores da riqueza para que invistam no desenvolvimento do país, gerando empregos e bem-estar para todos os brasileiros. Denunciamos a gritante contradição entre o acúmulo de uma pesada dívida externa e interna, gravemente onerosa para o Estado e para todos os cidadãos, e o envio de capitais brasileiros para o exterior, de forma aberta ou camuflada⁹.

56. Novos questionamentos éticos são colocados à nossa geração pelos avanços da ciência e da tecnologia. A Igreja está preocupada com o pleno respeito da vida humana, desde a concepção até o mistério

9. Um dos meios de “exportar” capital brasileiro é constituído pela Contas CC5, sobre as quais confira: CBJP/IBRADES, *Pela ética na gestão do sistema financeiro nacional*. S. Paulo, Edições Loyola, 2000.

da morte. Diante do crescimento das possibilidades de intervenção nos ciclos biológicos, tanto humanos quanto animais e vegetais, exige-se uma prudência em todas as intervenções que podem ter conseqüências negativas sobre a vida, em particular sobre a vida humana. Esta não pode ser tratada como objeto manipulável à vontade, pois é uma realidade que tem valor em si mesma e direito inviolável à existência.

57. O fortalecimento da consciência ética precisa, necessariamente, atingir as dimensões pessoais e familiares, como o fortalecimento da sacralidade do casamento que, por iniciativa divina, acontece entre um homem e uma mulher. Assistimos a uma avalanche de divulgação de valores antagônicos à natureza humana. São dessa ordem a chamada “produção independente”, a mentalidade antinatalista, a esterilização voluntária, a aprovação da eutanásia, dentre outros.

6. Promover uma sociedade que respeite as diferenças

58. É preciso efetivar outro aspecto da democracia em nosso país: a convivência pacífica das diversas etnias, culturas e expressões religiosas, o respeito das legítimas diferenças, a valorização daquela parte da população até hoje discriminada.

59. A Igreja católica, também, é chamada a uma séria revisão dos pensamentos e atitudes. Não podemos tolerar formas de discriminação, opressão e violência contra seres humanos, que reconhecemos irmãos, filhos do mesmo Pai celeste. Nem podemos aceitar uma concepção depreciativa da mulher, quando exal-

tamos a Mãe de Deus Imaculada e a reconhecemos como padroeira do Brasil. Cabe-nos não somente revisar nossas atitudes, mas acolher, com abertura de espírito, as justas reivindicações de movimentos — indígenas, da consciência negra, das mulheres e outros — que representam de forma organizada os anseios dos grupos humanos discriminados no passado e em luta pela igualdade de direitos no presente. Sentimos a obrigação de nos empenhar na defesa das diferenças culturais, com especial atenção às populações afro-brasileiras e indígenas. Assumimos o compromisso de exigir a observância da disposição constitucional de demarcar e regularizar as terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos.

7. Preservar o meio-ambiente

60. Temos a responsabilidade de evitar a depredação da natureza e de não deixar às novas gerações uma terra poluída e devastada. Nossa obrigação é maior porque o Brasil conta com riquezas naturais excepcionais. Basta citar aqui água e matas: dois recursos que tendem a se tornar escassos no mundo e que devem ser preservados, dentro do princípio do desenvolvimento sustentável, em que se procura repor o que foi consumido. Infelizmente, o que vemos é a depredação da floresta e a poluição do ar e das águas. Nossos irmãos bispos da Amazônia temem que, no ritmo atual, toda a floresta seja destruída em menos de 25 anos¹⁰. É urgente que a nação brasileira, a bem de toda a humanidade, reaja eficazmente contra esse perigo, inclusive para evitar interferências externas, enfrentando assim uma grave ameaça que preocupa o mundo todo.

10. A ONU calcula que atualmente, no mundo, para seis hectares de mata abatidos, repõe-se apenas um. Estudo recente do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), calcula que no Brasil, desde o ano de 1500, as florestas perderam: 93% da Mata Atlântica, 50% do Cerrado e 15% da Floresta Amazônica, num total de 2,7 milhões de quilômetros quadrados de mata destruídos. Somente na Amazônia, o desmatamento atingiu 551 mil quilômetros quadrados, área equivalente à da França (cf. *Jornal do Brasil*, 18.04.2000, p. 12).

61. A questão ambiental se põe no Brasil também no meio urbano, onde se concentra cerca de 80% da população. Há um quadro preocupante de deterioração física, social e econômica e de degradação ambiental nas cidades brasileiras. Há urgência de políticas públicas — federais, estaduais e municipais, devidamente articuladas — para enfrentar a situação e obter uma inversão de tendências. Estima-se (a partir de dados de 1995) um déficit habitacional da ordem de 5,6

milhões de moradias, das quais 4 milhões em áreas urbanas. O abastecimento de água chega a 67% da população brasileira (88% em áreas urbanas), mas apenas 31% da população é atendida com esgoto sanitário, o que traz aumento de poluição nos cursos de água e maior difusão das doenças que têm sua origem na água poluída, com perigo de epidemias. A intensificação do uso do transporte motorizado causa poluição do ar, em níveis sempre mais perigosos.

V. A IGREJA A SERVIÇO DA ESPERANÇA

62. Estamos diante de um novo milênio em que a nação brasileira espera viver na fidelidade à sua identidade mais profunda e, portanto, livre de tudo aquilo que até agora a impediu de se manifestar plenamente: dependência, desigualdade, desprezo e discriminação. A muitos assalta o temor, alimentado pelas crises e dificuldade recentes, de que no futuro próximo o povo brasileiro encontre enormes obstáculos.

63. Desejamos confiantes renovar nossa fé. Proclamamos que Jesus Cristo é a nossa esperança. Sua presença no meio de nós é a garantia de que a semente do Evangelho jamais será sufocada ou destruída pelas forças do mal. Ela é destinada a tornar-se a espiga que dará muitos grãos e a árvore que oferecerá abrigo a muitas aves.

64. A proposta do Evangelho aponta para novas e insondáveis riquezas no futuro. A religião cristã nos ensina a considerar a beleza da criação e do plano salvífico de Deus, que nos ajuda sempre a superar o pecado e as fraquezas e a descobrir horizontes novos de esperança. A religião que se funda em Jesus

Cristo é religião da glória. É um existir em novidade de vida para louvor da glória de Deus (cf. Ef 1,12). Toda criação é manifestação de sua glória; de modo particular, o homem é epifania da glória de Deus, chamado a viver da plenitude da vida de Deus¹¹.

65. A fé cristã une estreitamente o amor a Deus e o amor aos irmãos. Um não pode ser autêntico sem o outro. “Se alguém disser: ‘Amo a Deus’, mas odeia seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão a quem vê, não poderá amar a Deus, a quem não vê” (1Jo 4,20). Em outras palavras: “O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa, e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho”¹². Por isso, nossa reflexão e nossas análises da realidade brasileira nascem desse amor fraterno, da solidariedade irrestrita com todos os que amam nossa Pátria.

66. Dirigimos, com afeto, uma palavra de incentivo e encorajamento aos membros de nossas comunidades para que procurem avançar, a cada dia, no caminho de sua vocação, a exemplo de São

11. Cf. JOÃO PAULO II, *Tertio millennio adveniente*, 6.

12. Cf. JOÃO PAULO II, *Evangelium Vitae*, nº 2.

Paulo, que dizia: “esquecendo o que fica para trás e avançando para o que está adiante, prossigo para o alvo” (Fl 3,12-14).

67. Contemplando a vida e o futuro de nossas comunidades cristãs, desejamos partilhar com os irmãos e irmãs, as luzes que o Espírito Santo nos oferece e que nos dão conforto e consolação espiritual em meio aos desafios e vicissitudes cotidianas.

68. Nossa palavra de pastores, em sintonia com a exortação apostólica *Ecclesia in America*, quer assumir a Nova Evangelização e apontar aspectos fundamentais de nosso encontro com Jesus Cristo, caminho de conversão, comunhão e solidariedade.

1. Conversão e santidade

69. Unidos em oração, com a Mãe de Deus, a exemplo dos apóstolos no Cenáculo, invocamos o Espírito Santo para que, neste Ano de Graça, santifique sempre mais nossas comunidades e a cada um de nós, configurando-nos a Jesus Cristo, a fim de que possamos ser “sal, luz e fermento” no mundo. Cresçam, portanto, a meditação da palavra de Deus, pessoal e comunitária, a formação contínua, a participação nos sacramentos e na vida litúrgica, especialmente na celebração da palavra e na Eucaristia aos domingos.

70. A força da graça divina renove em nós a conversão pessoal frente às solicitações do hedonismo e do consumismo e nos faça dar exemplo de uma vida simples, sóbria, austera e solidária. Diante das constantes agressões ao dom inestimável da vida e da santidade familiar, continuem os cristãos a oferecer o testemunho da própria fé. Assim, frente à cultura da morte que esteriliza a fertilidade, manipula e elimina vidas nascentes e indefesas e enaltece o descontrole sexual, cabe aos cristãos mostrar que os ensina-

mentos do Evangelho e da doutrina da Igreja — embora nem sempre aceitos pela sociedade atual — apontam para a realização da verdadeira felicidade, em consonância com a vontade de Deus que nos criou para a experiência plena do amor.

2. Alegria da comunhão fraterna

71. Lembrados da palavra de Jesus de que seremos conhecidos como seus discípulos se nos amarmos uns aos outros, agradecemos a Deus a comunhão que o Espírito Santo realiza em sua Igreja e fazemos um apelo a uma vivência mais fervorosa e alegre da santidade pessoal e da vida comunitária.

72. A comunhão eclesial que nos sustenta é, antes de tudo, a comunhão na Igreja Católica, presente no mundo inteiro, que tem em Roma seu centro e no sucessor de Pedro, o Papa João Paulo II, seu pastor, ao qual expressamos nosso reconhecimento por sua presença em nossa celebração dos 500 anos, mediante seu Cardeal Legado. Contamos com a comunhão e a solidariedade da Igreja de muitos países, que nos ajudam com recursos humanos e materiais. Expressamos nossa gratidão a essas Igrejas e a seus missionários. Esta comunhão se concretiza na Igreja no Brasil, com seu povo, seus fiéis leigos, seus corajosos agentes de pastoral, seus consagrados e consagradas, seus presbíteros, diáconos, ministros e seminaristas, e a Conferência Episcopal que nos reúne e na qual procuramos, no respeito da legítima autonomia de cada Diocese ou Igreja Local, traçar um caminho comum. Destacamos nossa comunhão com os presbíteros que, tanto para a Igreja quanto para a Pátria brasileira, prestam um serviço de grande valor. Louvamos a Deus pelo testemunho de vida e de serviço ao povo que, nas várias dioceses, oferecem os membros das inúmeras Congregações e Institutos de Vida Con-

sagrada. Neste serviço eclesial se distingue a dedicação das mulheres que, sem medir sacrifícios, atuam nos hospitais, nas escolas e nos meios populares mais sofridos.

73. Continuem, pois, os louváveis esforços pastorais, voltados aos jovens e às famílias, buscando atrair, com o exemplo das virtudes cristãs, especialmente as novas gerações para o dom de si, a paz e a alegria do coração. Constatamos que os jovens, fortalecidos pela catequese e o sacramento da crisma, têm dado provas cada vez mais convincentes de seu compromisso cristão, respondendo em maior número ao chamado de Deus para o serviço da Igreja. Saudamos a notável dedicação das comunidades na formação bíblica e litúrgica e na organização das pastorais, com particular atenção à evangélica opção preferencial pelos pobres. Exortamos, ainda, que as iniciativas comunitárias e dos movimentos eclesiais encontrem, na estima recíproca, caminhos de comunhão e colaboração fraterna.

74. A alegria da nossa comunhão fraterna ajudar-nos-á a intensificar nosso diálogo ecumênico e inter-religioso, de acordo com os apelos e orientações da Igreja, que nos recomenda a oração pela unidade e a cooperação com as outras Igrejas a serviço dos que padecem necessidades espirituais e materiais.

3. Solidariedade e zelo missionário

75. Nossa exortação final é a respeito da participação do povo de Deus na missão da Igreja. A fé em Jesus Cristo e o amor incondicional a sua pessoa levam-nos, com ardor, a assumir, como nossa principal tarefa, a evangelização. O anúncio, além da palavra explícita sobre o mistério do Cristo, inclui também o serviço, o

diálogo e todas as formas de presença dos cristãos que testemunham a fé na pessoa e mensagem de Nosso Senhor.

76. Alegra-nos pensar nas iniciativas das missões populares em que muitos leigos se prepararam, sem medir sacrifícios, para anunciar Jesus Cristo a seus irmãos. Incentivamos também a catequese de crianças, jovens e adultos. Lembremos a visitação aos lares, os grupos de reflexão, os encontros de comunidade e o zelo pelos que estavam afastados da vida eclesial. Unimos uma palavra de estímulo aos que se dedicam aos novos aréopagos dos meios de comunicação e da cultura e aos desafios do mundo do trabalho.

77. Abrem-se os horizontes para a solidariedade com povos e países da África e Ásia que padecem condições dramáticas de miséria. Consideramos urgente a colaboração missionária em benefício de regiões que carecem de agentes de pastoral ou onde o evangelho de Jesus Cristo ainda não foi proclamado. Manifestamos nosso apreço e encorajamento aos missionários, homens e mulheres, que deixaram sua terra para anunciar Jesus Cristo nas áreas mais pobres ou distantes, nas periferias das cidades, na Amazônia, como também além fronteiras, na América Latina, na Ásia e em várias dioceses da África. Deus, que não se deixa vencer em generosidade, há de fortalecer-los na fé e na doação e fazer brotar em nossa Igreja, novas e destemidas vocações missionárias.

78. Agradecemos a Deus os esforços de cada irmão e irmã que, segundo seu carisma e estado de vida, se empenha, muitas vezes no escondimento, em cumprir sua missão, oferecendo sua existência como oblação agradável a Deus

(cf. Rm 12,1). Lembramos com afeição os irmãos e irmãs, que se consagram à vida contemplativa. Pensamos na fidelidade dos cônjuges, na dedicação à família e ao trabalho, no devotamento aos portadores de deficiências, crianças e encarcerados, na prevenção e cura da dependência química, na promoção do bem comum e no empenho para transformar a sociedade. Temos diante de nós, em especial, a oferta dos idosos e dos enfermos que unem seus padecimentos a Jesus Cristo para a salvação do mundo.

79. Rogamos à Virgem Aparecida, Mãe de Deus e nossa, padroeira do Brasil, para que, como no passado ajudou a manter viva no povo a fé e a esperança, oferecendo aos sofredores e às vítimas a imagem da face materna e misericordiosa de Deus, suscite no coração de cada brasileiro os sentimentos de fraternidade e solidariedade, fundamento de novas relações sociais e penhor de um mais alto destino para a Pátria que todos queremos.

80. Damos novamente graças a Deus pela fé cristã de nosso povo e pela busca da verdade por parte dos que ainda não chegaram a reconhecer em Cristo o único Salvador, suplicando, com o apóstolo Paulo, "que o Pai glorioso vos dê o Espírito da sabedoria e da revelação, para que o conheçais de verdade. Que Ele ilumine os olhos de vosso coração, para que conheçais a esperança à qual Ele vos chama, a riqueza da glória que Ele nos dá em herança entre os santos, e a extraordinária grandeza do poder que Ele exerce" (cf. Ef 1,17-19).

81. "Àquele que tem o poder de realizar, por sua força agindo em nós, infinitamente mais do que possamos pedir ou pensar, a Ele a glória na Igreja e no Cristo Jesus, por todas as gerações, na duração do séculos. Amém" (Ef 3,20-21).

**OS BISPOS DA IGREJA CATÓLICA
NO BRASIL**

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais são, segundo a Carta, os principais desafios para a ação evangelizadora no presente do nosso país?
2. Quais deles interpelam mais a sua comunidade e a sua missão?
3. Das várias propostas com relação ao futuro, quais você e sua comunidade consideram mais urgentes no seu contexto?
4. Que pode fazer a Vida Religiosa para ajudar a levar adiante estas propostas?

Brasil — 500 anos: Início de uma Nova Caminhada?

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Subsídio à 38ª Assembléia Geral da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Porto Seguro, BA, 26 de abril a 3 de maio de 2000

**CBJP (COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ)
IBRADES (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO)**

I – INTRODUÇÃO

As Análises de Conjuntura apresentadas todos os anos na Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) são, como busca de conhecimento da realidade, um instrumento essencial para planejar a ação pastoral, no esforço evangelizador da Igreja católica.

O simbolismo do ano 2000 e os 500 anos do Brasil, que coincidem com igual tempo de evangelização, marcam agora as leituras da realidade e a identificação dos desafios da hora atual.

Mas as celebrações desses eventos, mesmo ao privilegiar seu lado festivo e glorioso, não podem impedir-nos de enxergar tudo que existe de sombras em nossa sociedade, para que não caia no vazio a grande utopia do novo milênio sem exclusões, lema da Campanha da Fraternidade do ano 2000.

A celebração dos 500 anos é um momento muito oportuno para uma refle-

xão sobre o país e, ao mesmo tempo, para um exame de consciência: por que nele perduram tantas desigualdades e contrastes?

Os 500 anos de Brasil aguçam as preocupações em se procurar as causas da persistência das desigualdades. As ambigüidades têm sólidas raízes culturais, resultado do processo de formação da nação brasileira desde o seu descobrimento.

Os nativos do país e os negros que para aqui foram trazidos com o objetivo de ajudar o desenvolvimento econômico foram as principais vítimas do processo colonizador. De longa data se formou entre nós o conflito entre o colonizador e o colonizado, entre a elite e o povo, entre a “casa grande” dos senhores e a “senzala” dos escravos.

É evidente que a Igreja esteve presente e participou desse processo de luzes e

sombras. Sobram-lhe razões, neste ano jubilar, para avaliar sua responsabilidade. Sem reduzi-la aos seus limites institucionais de instância de poder, *"interrogue-mos sobre a abrangência e a consciência que a Igreja tem dos seus pecados"*. *"Qual a sua real disposição e efetiva capacidade de celebrar o perdão e a reconciliação?"*¹.

Um balanço da realidade brasileira se faz ainda mais necessário porque se agravam as perdas sociais para as classes mais pobres.

É fundamental e urgente resgatar a dignidade do índio e de suas nações como legítimos primeiros ocupantes do país. Nesse sentido, é significativo o recente episódio ocorrido na área da nação indígena pataxó de Coroa Vermelha, às vésperas das festividades dos 500 anos. A invasão das terras e a destruição do monumento em construção para lembrar os povos indígenas massacrados revivem em tempos atuais, mediante a força policial do governo do Estado da Bahia, a mesma maneira de agir das tropas colonizadoras.

É igualmente fundamental e urgente resgatar a dignidade do negro como vítima da escravidão e discriminações, assim como a dignidade das mulheres e crianças e de todos que continuam sem terra, sem teto, sem trabalho, na pobreza, vivendo miseravelmente nas ruas, ou seja, sem as garantias dos mínimos direitos sociais inerentes à condição humana, com toda a dignidade de que é portadora.

Mas resgatar as exclusões, na hora atual, não será apenas obra da Igreja

católica. Por mais que se celebre os 500 anos da Primeira Missa, a tarefa de serviço do Evangelho, da dignidade humana e da cidadania, da justiça e da paz requer um ecumenismo capaz de aglutinar as forças religiosas e reservas morais de humanidade existentes no país. Este é na verdade o grande sentido da Campanha da Fraternidade do ano 2000 e a grande tarefa histórica dos 500 anos que começam neste novo milênio.

Esta Campanha nos chama a atenção para os bastidores das decisões políticas que agravam as exclusões. Está em jogo a *"globalização da solidariedade"*, respeitando raças, culturas e diversidade nacionais. Fica cada vez mais claro que desenvolvimento social não é só crescimento econômico. É também garantia de transparência na construção da justiça e da paz, base de uma sociedade sem excluídos.

Importa, agora, verificar porque já não há um projeto de nação brasileira, livre e independente, mas sim a submissão do país a uma dinâmica econômica desligada dos interesses das classes populares. Antes de tudo *"o que realmente está em jogo é a questão da identidade nacional"*².

Impõe-se, portanto, um balanço das últimas décadas não só a respeito das configurações de um projeto nacional, aberto ao mundo e a um verdadeiro humanismo solidário, livre de conflitos e exclusões, mas também a respeito de nossa responsabilidade como Igreja a serviço do povo e do Evangelho.

1. DOM MAURO MORELLI, "Três questões sobre o catolicismo", *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 2/4/00, pág. 3.
2. MÍLTON SANTOS, "Brasil na encruzilhada - Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional", *Carta Capital*, 12/4/00, pág. 23-28.

O que se passa hoje no Brasil é mais facilmente entendido se levarmos em consideração o que está acontecendo como tendência mundial e latino-americana. A globalização, fruto de imenso progresso tecnológico, traz melhoria tanto na vida econômica e social como na vida política e cultural. O problema é que até agora a conhecemos mais mediante a liberalização geral da economia, também chamada de neoliberalismo, que pretende resolver os problemas mundiais pela extensão da mão invisível do mercado generalizado. Este penetra todas as dimensões da vida individual e coletiva. As grandes mudanças mostram que há modelos nos quais o progresso técnico tornou possível, com competência e rapidez, o acesso de todos ao mínimo necessário à sobrevivência, equilibrando, de maneira racional o uso dos benefícios.

As decisões, porém, passam cada vez menos pelo crivo democrático da vontade majoritária. A hegemonia da globalização financeira — intensificada nesses últimos anos e associada ao fluxo especulativo do dinheiro sem fronteiras — reduziu o papel dos estados nacionais e o controle social e democrático sobre o rumo das políticas públicas exercido pelos cidadãos e a sociedade civil organizada.

Havia muita expectativa, no início da década de 90, em torno de utopias de bem-estar que, infelizmente, foram dando lugar ao realismo de medidas que visaram a reforçar a hegemonia do dinheiro e do consumo, a enfraquecer os estados nacionais e a favorecer as grandes fusões empresariais.

Há na origem de todas as expectativas frustradas um forte componente cultural e político. Esperava-se uma década de distribuição da riqueza, de satisfação das necessidades básicas, de grande desenvolvimento social e progresso tecnológico a serviço de respostas positivas ao bem-estar das pessoas e da sociedade.

É sintomática a recente entrevista³ de Joseph STIGLITZ, economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial entre 1994 e 1999, que critica fortemente a gestão da crise financeira asiática e latino-americana, realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no período de 1997 a 1999, classificando-a de desumana, calculista e tecnicamente incompetente. Conclui sua análise com uma pergunta no mínimo inusitada, vinda do interior do próprio ambiente financeiro global: *“A gestão financeira feita pelo FMI busca equilibrar a situação das economias dos países afetados ou busca aumentar o poderio financeiro dos países centrais, particularmente dos Estados Unidos?”*

O desmonte do estado do bem-estar social

O desmonte do estado do bem-estar social tem sido uma consequência imediata dessa nova ótica internacional. Estamos assistindo, pouco a pouco, à passagem para a iniciativa privada da grande massa de recursos financeiros e produtivos. A eficiência e produtividade são as leis fundamentais, provocando grandes fusões de empresas. O que antes era serviço público essencial como educação, saúde, transporte, segurança, acesso à terra, à moradia e outros, passa a ser explorado como atividade comercial,

3. JOSEPH STIGLITZ, “O que aprendi com a crise mundial”, *Folha de São Paulo*, 15/4/00, pág. 2-7.

regulamentada e controlada por essa nova ordem, e não como garantia dos direitos mínimos sociais.

A idéia de um estado nacional estava presente nas conquistas dos direitos universais e do bem-estar social, que deveriam ser garantidos a todos. Isso já não acontece diante das novas exigências do atual ciclo histórico do capitalismo, em que prevalecem as leis absolutas do mercado financeiro.

Cresce a pobreza e concentra-se a riqueza

Embora muitos a recusem, vendo nela um mecanismo gerador de pobreza, o mundo vive sob o império da globalização econômica. O projeto neoliberal já há longo tempo comanda a economia, sem alternativas, após a queda do socialismo real. A tendência dos defensores desse tipo de nova ordem é mostrar que a pobreza cresce onde os países não se prepararam para a nova situação do mundo. Segundo eles, muitos países ficam no meio do caminho nas reformas que preparariam o advento dessa nova ordem.

Tudo isso até pode ter pedaços de verdade. Mas, mesmo superadas as crises, permanece inquestionável o fato de que o modelo imposto como hegemônico é profundamente concentrador da riqueza e, conseqüentemente, provoca o aumento da pobreza.

Há assim uma lógica perversa, sob o império da falta de ética, que corta os investimentos sociais, flexibiliza os direitos trabalhistas, causa a destruição da assistência social como garantia de direitos

universais; enfim, que não prioriza a pessoa humana e suas necessidades fundamentais: habitação, saúde, saneamento, educação, segurança, trabalho.

É a partir dessa lógica que se deve procurar a causa principal do crescimento da pobreza no mundo. As leis absolutas de mercado na verdade perpetuam as causas do crescimento da pobreza e das desigualdades na distribuição das riquezas.

E isso já preocupa entidades como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio (UNCTAD), ao divulgar recentemente o seu relatório anual onde defende "*uma operação gigante de injeção de recursos públicos nas economias mais pobres e endividadas*".

O presidente do Banco Mundial (BIRD), James D. WOLFENSOHN, em seu discurso⁵ perante a junta de governadores do banco em Washington no final de setembro de 1999, chamou atenção, para o grave problema da crescente pauperização mundial. No período de 1988 a 1998, dados levantados pelo próprio relatório do Banco Mundial mostram que aumentou em 100 milhões o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda de US\$ 2 por pessoa, por dia.

É sintomático e relevante que instituições como Banco Mundial e outras do mesmo ramo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), tenham falado sobre a pobreza. O tom do reconhecimento de que é preciso "*erradicar a pobreza e humanizar a globalização*"⁶ é quase penitencial. Foi esse o nível do discurso na reunião anual do FMI em 1999. O presidente daquela entidade anunciou, ainda,

4. GILSON SCHWARTZ, "Unctad quer dar liquidez aos países do terceiro mundo", *Folha de São Paulo*, 21/9/99, pág. 2-2.
5. "Coalizões para a mudança", em 28/9/99, pág. 3.
6. MÁRCIO AITH, "FMI propõe humanizar a globalização", *Folha de São Paulo*, 29/9/99, pág. 2-5. "Foi um discurso inédito, nunca feito por Camdessus nem por qualquer outro diretor do Fundo. O FMI nunca abordou questões sociais, argumentando que seu propósito básico é estabilizar as contas externas dos países. A mudança de atitude resulta de uma reavaliação interna da instituição, embasada nos resultados apresentados por uma empresa de consultoria, segundo os quais o Fundo estava perdendo a batalha da opinião pública."

"a criação de um estudo conjunto com o BIRD (Banco Mundial) para ligar as metas financeiras de seus programas de estabilização às condições sociais dos países onde eles são implementados".

É importante, contudo, ressaltar a importância desse novo discurso, pois *"o grande mérito dos relatórios do BIRD e do FMI é o de revelar o que todas as pessoas com um mínimo de informação e bom senso já haviam de há muito constatado: a imensa pauperização do mundo, coetânea à liberalização do capital e da mercadoria"*.

Duas advertências de alguém como Rubens RICUPERO servem de alerta. "Não se deve exagerar o alcance prático da mudança, pois a esta altura o que mudou foi o discurso, não a substância das políticas, e estas dependem não só do processo socrático de busca da verdade, mas dos interesses concretos dos poderosos. ... A pobreza e o subdesenvolvimento só serão superados com os esforços e as políticas corretas dos países vítimas de tais males".⁸

Será que o novo tom do discurso do FMI levará as autoridades financeiras mundiais a uma radical conversão e a uma nova política de ação em favor dos pobres?

Ou será apenas um discurso tático de quem está perdendo a batalha na opinião pública?

Neste sentido tornam-se contraproducentes, quando não hipócritas, as suas receitas anticorrupção, pois o próprio mecanismo de fluxo incontrolado de capitais cria os seus espaços de macrocorrupção — como os ocultos paraísos fiscais — enquanto as suas receitas atingem apenas os efeitos menores da corrosão ética.

A globalização econômica e política

Os acontecimentos ocorridos à margem da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) — realizada em outubro de 1999 em Seattle, EUA, em preparação imediata à Rodada do Milênio — permitem avaliar o nível de questões e a importância do evento. O comércio mundial vive uma hora crucial e crítica.

As reações das Organizações Não Governamentais — ONGs — e a denúncia da ordem financeira mundial que favorece os países ricos farão que daqui para frente a globalização financeira e a hegemonia daqueles países sejam diferentes.

A questão das barreiras protecionistas não funciona como uma via de mão dupla nem como um instrumento de justiça. A hegemonia dos países ricos faz com que as discussões se desenrolem num plano desigual. As barreiras protecionistas dos países ricos aos seus produtos, particularmente os agrícolas, são imensas. Os países pouco desenvolvidos temem, ainda, que os países ricos tomem de assalto os seus mercados.

Não bastassem os conflitos internos que antecederam a reunião várias organizações e manifestantes de diversas origens fizeram-se presentes. O objetivo era fazer uma crítica pública à política econômica conduzida pela OMC. Assim grupos liberais, ecologistas, sindicais e outros se uniram para protestar contra a atual organização mundial do comércio e, como se pode constatar pelos noticiários, todos foram violentamente reprimidos. Até certo ponto conseguiram bloquear decisões e chamar a atenção para o drama dos países pobres diante da hegemonia comercial dos mais poderosos.

7. MÁRCIO AITH, "FMI propõe humanizar a globalização", *Folha de São Paulo*, 29/9/99, pág. 2-5.

8. RUBENS RICUPERO, "Mudança do discurso", *Folha de São Paulo*, 3/10/99, pág. 2-2.

rosos. A mídia, ao dar publicidade às manifestações, muito colaborou para mostrar que algo novo pode estar acontecendo, daqui para frente, com o comércio internacional na era da globalização econômica.

A reunião terminou melancólica e sem acordos substanciais o que, evidentemente, reacenderia esperanças de mudanças. As reações de rua e as manifestações descontentes de diplomatas dos países pobres, como foi o caso do nosso ministro das Relações Exteriores, podem ter plantado algumas sementes de mudanças futuras.

É bom recordar o que já foi abordado em outras análises de conjuntura⁹. As iniciativas contrárias à atual maneira de conduzir o comércio mundial têm se fortalecido desde as primeiras manifestações que fizeram abortar as negociações do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Elas tendem a crescer, não só como iniciativas para coibir o fluxo incontrolado da especulação financeira, mas também como manifestações contra o iníquo sistema do comércio mundial, exclusivamente atrelado aos interesses das grandes potências.

As reações à globalização financeira começam a tomar corpo, seja como as que ocorreram em Seattle, seja na 10ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento — Unctad-10 —, esta realizada em Bangcoc, na Tailândia, entre 12 e 19 de feve-

reiro de 2000, seja em reuniões de alto chamado Grupo dos 77, que tiveram lugar recentemente em Havana, Cuba.

A Unctad-10 foi uma espécie de Davos dos pobres. Sob a batuta de Rubens RICUPERO, discutiram-se os efeitos da globalização e pretendeu-se buscar um novo paradigma econômico¹⁰ — o Paradigma 2000. Davos e Bangcoc caminharam em estradas diferentes. Em Davos as receitas liberais eram certezas, enquanto que em Bangcoc essas mesmas certezas foram postas em dúvida.

Outro enfoque diferente foi a questão da distribuição da renda, esquecida em Davos e analisada em Bangcoc como uma questão ética e também de eficiência econômica, pois *“a distribuição mais igualitária da renda é desejável tanto para a equidade como para promover o crescimento (econômico)”*¹¹.

Será que os protestos generalizados contra a economia global, como os que aconteceram em Seattle, Davos, Bangcoc e agora em Washington, nos alertam¹² a respeito dos impasses a que estarão sujeitos todos os países, daqui para a frente, principalmente os chamados emergentes que adotaram sem mais o receituário neoliberal, como é o caso do Brasil, na hipótese de não se adotar uma política adequada de desenvolvimento social, diminuição da pobreza e melhor distribuição da riqueza?

9. “Brasil, desafio e esperança – Análise de Conjuntura”, pág. 31-33, Edições Loyola, 1998.

10. CLÓVIS ROSSI, “ONU busca novo paradigma da economia”, *Folha de São Paulo*, 12/2/00, pág. 1-6.

11. CLÓVIS ROSSI, “Davos e Bangcoc”, *Folha de São Paulo*, 13/2/00, pág. 1-2. A citação é uma referência à posição de FRANCES STEWART da Universidade britânica de Oxford. O articulista conclui que *“redistribuição de renda não é apenas uma questão ética, mas também de eficiência econômica. É óbvio. Pena que o óbvio tenha pouca penetração na cabeça dos governantes.”*

12. RUBENS RICUPERO, “Três toneladas de fome”, *Folha de São Paulo*, 20/2/00, pág. 2-2. Ao final da Unctad-10 ele propõe a urgência *“em devolver à economia mundial o que ela perdeu com a globalização: o conceito de interdependência”*. *“Isto é, o elemento de mutualidade de interesses. Estamos todos unidos por esse vínculo, a empresa a seus trabalhadores e à comunidade, os produtores aos consumidores, dentro de cada país.”*

A recolonização latino-americana

O processo de globalização, na sua vertente política e neoliberal, não atinge da mesma forma os países centrais e os países periféricos, como os da América Latina: os “países centrais, propulsores do modelo, são os mais reticentes em aceitá-lo por inteiro, enquanto que a América Latina mostrou-se mais uma vez um continente aberto”¹³.

Hoje se busca descobrir as razões que levam países, com maior ou menor grau de dificuldades econômicas, como o Equador, Chile, Paraguai, Bolívia e outros a enfrentar mobilizações populares e questionamentos. Outros vêm as suas instituições desmoronar, como é o caso da Colômbia. A Venezuela busca um novo caminho, com forte apoio popular, mas ainda é uma incógnita, tendo à frente CHÁVEZ tentando encarnar misticamente os ideais de Simon Bolívar.

A Argentina, o Uruguai e o Chile tiveram recentemente novas eleições presidenciais que despertaram muito interesse popular e da opinião pública internacional. Os analistas dizem que o fato explica-se pela insatisfação crescente com as políticas neoliberais que geram desemprego. O voto tem sido a alternativa para sinalizar a insatisfação crescente da população. Foi o que já aconteceu na Venezuela e agora se repete, em outro estilo e contexto, no Uruguai, na Argentina e no Chile com a eleição de LAGOS.

A mudança na Argentina com a eleição de DE LA RÚA não é tão evidente. Termina a década de MENEM, cheia de

contradições e marcada por acusações de uma monumental corrupção, mas da qual “o grande capital e os organismos financeiros internacionais, ao contrário, não têm do que se queixar”¹⁴.

A guerrilha sempre ressurgiu no Peru, apesar do regime forte de FUJIMORI, buscando o seu terceiro mandato que só não se concretizou no primeiro turno das eleições — marcadas por inúmeras acusações de fraude — por forte pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos¹⁵.

Tudo indica que o modelo implantado na América Latina inviabiliza projetos nacionais autônomos e socialmente avançados. As grandes revoluções acontecidas na Europa — desde a Revolução Francesa, passando pelo Iluminismo e a Revolução Industrial — aqui chegaram tardiamente ou não chegaram. As mudanças provocadas pelas revoluções colocaram as bases para a existência dos estados nacionais no velho continente.

Nossos países sempre estiveram na periferia do processo de conquista das nações e o atual momento se caracteriza por uma reengenharia do centro em relação às periferias, em função de uma nova lógica da globalização transnacional.

Todo esse processo é planejado e algumas camadas da sociedade, como a dos operários e a dos camponeses, estão pagando um alto preço em decorrência dessa nova conjuntura. O desemprego e os salários baixos tornam ainda mais difíceis as condições de vida das classes menos favorecidas.

13. MÍLTON SANTOS, “Brasil na encruzilhada – Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional”, *Carta Capital*, 12/4/00, pág. 25, n.º 4.

14. OSVALDO COGGIOLA, “Argentina: Novo Governo, Velho Poder”, *Correio da Cidadania*, 4 a 11 de dezembro, pág. 5.

15. “Um inédito avanço democrático passou despercebido na semana passada. Pelo menos não li comentários, nem aqui nem na imprensa de Lima. Pela primeira vez na América Latina um vasto processo de fraude eleitoral foi paralisado em virtude da pressão internacional contra ele exercido. Não houvesse essa pressão, o presidente Fujimori daria de ombros e ficaria tudo por isso mesmo, mais cinco anos.” MÁRCIO MOREIRA ALVES, “Fraudes e pesquisas”, *O Globo*, 18/4/00, pág. 4.

Essa situação atinge agora a classe média urbana e certos setores de pequenos empresários, em particular os pequenos produtores rurais.

O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), neste contexto de pressão dos países centrais, é já uma esperança ameaçada. Já em 1951, JUAN DOMINGOS PERÓN buscou, sem êxito, estimular uma união entre os países latino-americanos. Perón, em discurso pronunciado a 20 de novembro de 1951, já antecipa e via as dificuldades dessa união.

A ambigüidade de interesses está presente desde os inícios do MERCOSUL, quer pela presença das multinacionais vinculadas à globalização da economia e à força das leis de mercado, quer pelos interesses dos Estados Unidos.

Há visivelmente um processo de reconstrução no continente inteiro, que também implica num reordenamento do controle das reservas naturais, em função do esgotamento dos recursos não-renováveis. A Amazônia tem a maior reserva de água e biodiversidade do planeta, o que é fundamental para o mundo futuro.

A Amazônia, como grande espaço vazio no continente latino-americano, é evidentemente alvo privilegiado de interesses dessa nova ordem. Pode até ser, um dia, moeda de troca da volumosa dívida externa brasileira.

É chegada a hora de discutir os objetivos do nosso continente, objetivos que respondam às grandes aspirações populares, diante da ameaça permanente de permanecermos na periferia dos avanços sociais.

Como superar a submissão das elites latino-americanas ao modelo neoliberal e socialmente desestabilizador, agora hegemônico, de tal maneira que nossos países não se transformem em meros apêndices das multinacionais?

Como fazer compreender às lideranças sensíveis à causa dos excluídos que “o problema é social, é político, é de poder”?

Como é que essas lideranças se unirão “em defesa de todas as reivindicações populares”, numa alternativa política realmente democrática e comprometida com os explorados?

E o Brasil?

Em primeiro lugar é triste constatar como as autoridades monetárias brasileiras não se sensibilizam com a questão da pobreza, nem mesmo no nível do que vem ocorrendo com o FMI e o Banco Mundial. E não falta quem lhes chame a atenção, até entre estrangeiros¹⁶.

O mais recente relatório¹⁷ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fala explicitamente sobre o caso brasileiro, depois de enfatizar que a pobreza no mundo continua a crescer em virtude da má administração dos recursos públicos. E no mundo inteiro diminuem os recursos destinados ao combate da pobreza. O relatório afirma que no caso brasileiro *“a pobreza se concentra principalmente entre os negros e os moradores do campo”*. Embora destaque que houve uma redução da pobreza de 21% em 1994 para 15% em 1997, observa *“que, em relação aos anos 70 o Brasil avançou tão pouco na redução da miséria porque mantém um sistema de grande desigualdade social”*.

O relatório indica com muita perspicácia que são as más decisões políticas de aplicação das verbas sociais as principais responsáveis pelo crescimento da pobreza. Os recursos sociais têm sido direcionados em benefício da camada mais privilegiada da sociedade brasileira e não para projetos de redução da pobreza.

16. “ Cf. CLÓVIS ROSSI, “PPA à britânica”, *Folha de São Paulo*, 23/9/99, pág. 1-2.

17. RAUL PILATI e VIVIAN OSWALD, “PNUD critica o combate à pobreza no Brasil”, *O Globo*, 5/4/00, pág. 35.

O balanço sobre o Brasil real

O Brasil real é assustador pelas suas contradições¹⁸ e pela insensibilidade da burocracia¹⁹ do poder em não se deixar paucar pelas preocupações que dele emergem.

O momento econômico é extremamente favorável ao governo. Inflação controlada, dinheiro à vontade dos investidores estrangeiros, câmbio controlado, gastos sociais à altura das exigências dos acordos internacionais e ganhos políticos junto à atual base de sustentação no Congresso Nacional.

Nosso problema, no entanto, é o custo social desse quadro. Um custo encoberto e continuamente agravado por esse otimismo econômico. As decisões de corte de investimentos sociais e desvios de recursos para o pagamento das dívidas fiscais do governo sempre fortalecem a prioridade absoluta que é dada ao restabelecimento da confiança nos investidores financeiros. Mesmo o projeto que cria o fundo da pobreza veta o uso social de recursos da privatização.

Apesar da estabilidade financeira, que a população reconhece e estima, existem *"novas formas de insegurança, e a população sente que há uma distância entre as prioridades do governo e a sua lista de dificuldades"*²⁰. Tudo se passa como se houvesse duas agendas: uma do povo e outra do governo.

O Brasil real continua mal, convivendo com *"um governo que vai bem"*²¹, liquidando o conceito de nação e distante

dos anseios populares, como nos mostram manchetes e estudos²² recentes, pois *"os países pobres pagam a conta da globalização"*.

De fato o Brasil real nos obriga a pensar, não é uma ficção. Os pobres do país têm rostos²³ bem definidos.

São as nações indígenas, continuamente ameaçadas na sua sobrevivência, e os negros vivendo discriminadamente como subalternos.

São os sem-terra que clamam e lutam pela legítima reforma agrária num país onde a propriedade da terra sempre foi um símbolo de desigualdade e injustiça.

São os migrantes que circulam pelo país e pelo exterior, sem criar raízes, no desespero da luta pela sobrevivência.

São os desempregados crônicos ou essa categoria nova dos que nunca chegarão a ter um emprego digno.

São os jovens frustrados em seus anseios e impossibilitados de encontrar, no campo e na cidade, o seu espaço próprio, tornando-se presas fáceis da droga e da violência.

São as crianças pobres antes de nascer, escravas em trabalhos precoces, prostituídas, abandonadas e exploradas em nossas cidades, vítimas da injustiça social e desorganização moral da família.

São os idosos e aposentados, tratados como descartáveis.

São as mulheres, vítimas de preconceitos e discriminações.

18. LEONARDO DE SOUZA, "Lucro de bancos estrangeiros sobe 852%", *Folha de São Paulo*, 23/3/2000, pág. 2-3.
- ISABEL CLEMENTE, "Salários têm maior redução do real", *Folha de São Paulo*, 23/3/2000, pág. 2-16.
- LARISSA MORAIS, "Desemprego subiu para 8,2%", *O Globo*, 24/3/2000, pág. 21. É a maior taxa do Plano Real.
19. JÂNIO DE FREITAS, "Quando um país vai bem", *Folha de São Paulo*, 26/3/2000, pág. 1-5. Diante do quadro nacional, o autor conclui que *"O Brasil vai bem."* *"Com o governo que tem."*
20. ELIO GASPARI, entrevista com Marcos Coimbra, *Folha de São Paulo*, pág. 1-12.
21. TARSO GENRO, "Um Governo que vai bem", *Folha de São Paulo*, 10/4/00, pág. 1-3.
22. VICENTE NUNES e PAULO SILVA PINTO, "Estamos mais pobres", *Correio Braziliense*, 28/3/2000, pág. 16.
23. A realidade lembra-nos a descrição já contida nas conclusões da Conferência de Puebla. Cf. *"Evangeliização no presente e no futuro da América Latina - Conclusões de Puebla"*, Edições Paulinas, 1979, n. 20, pág. 34.

São os sofrimentos que permeiam sem teto e sobrevivem nos porões da sociedade, como nos lembra a Campanha da Fraternidade 2000.

A questão central do desemprego

O otimismo²⁴ oficial também não corresponde ao que ocorre com as mudanças quantitativas e qualitativas do nível de emprego. Analistas mostram como o desemprego cresce mesmo com a recuperação econômica e privilegia aqueles que requerem menos qualificação. Ou seja, caem os empregos na área de produção, crescem os da área menos qualificada e menos remunerada.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam

em que direção, qualitativa, cresce o número das pessoas desocupadas no país e como, diante do drama da sobrevivência, refugiam-se na economia informal²⁵.

Os dados revelam ainda como a economia familiar é, hoje em dia, talvez mais importante do que o trabalho contratual. Há indícios de que seja necessário preparar a sociedade para outro²⁶ tipo de economia e de trabalho.

A grande e importante questão nacional, portanto, continua sendo o desemprego, crescente e alarmante. O povo quer saber se o governo vai cumprir ou não a promessa de campanha: criar oito milhões de empregos sem romper a estabilidade monetária.

III — A IGREJA FACE AOS DESAFIOS DA REALIDADE BRASILEIRA

O fato religioso²⁷ está na ordem do dia. As crises da sociedade moderna despertam os adormecidos interesses para o *"sentido da vida e as exigências de solidariedade"*²⁸. O ressurgir religioso pode nos livrar das tragédias e flagelos de hoje.

A miséria de muitos e a riqueza de poucos, porém, são escândalos. Pensávamos estarem abolidas as guerras, e elas estão aí. As depressões, as drogas, os ídolos, a violência estão mais vivos do que nunca. O fanatismo nazista e xenófobo mostra a sua face em diferentes países. Trabalhar pela paz e superar os conflitos são tarefas urgentes de todas as religiões e pessoas de boa vontade.

Há ainda uma constatação constrangedora: as grandes religiões se organi-

zaram umas contra as outras. Tudo isso em nome de dogmas absolutos ou atitudes intransigentes, desconhecendo uma rica experiência religiosa do outro.

A verdadeira revolução do diálogo significa semear iniciativas de solidariedade, diante das incertezas e desesperos da vida presente do mundo moderno. Quem espera uma verdade maior que todos nós pode compreender o diálogo. Torna-se assim capaz *"de comunicar aquilo que crê ser belo e justo"*²⁹.

O contexto dos desafios de hoje é para que as religiões se unam no mútuo entendimento para a construção da paz, pelo respeito aos direitos humanos, pela preservação do meio ambiente e pela qualidade de vida para todos.

24. "Recuperação mas com desemprego", *O Globo, Economia*, 7/4/00, pág. 21.

25. FLÁVIA OLIVEIRA, "Um em cada 4 trabalhadores é do setor informal", *O Globo*, 9/6/99, pág. 28.

26. "O que vai acontecer com o trabalho?", *Folha de São Paulo*, — Caderno especial — 30/5/99.

27. Cf. "Busca pela fé", *Folha de São Paulo*, 26/12/99, Cad. Especial, 16 páginas.

28. Segundo artigo inédito de amigos italianos do Mosteiro da Anunciação, Goiás, GO. Notas enviadas por Pe. Marcelo Barros.

29. CARDEAL M. MARTINI, Arcebispo de Milão, texto inédito.

Tudo isso, aliado aos recentes gestos de perdão e reconciliação de João Paulo II e ao apelo à consciência de “*responsabilidade por solidariedade*”³⁰, abre-nos caminhos para tentar enxergar passos novos para Igreja no Brasil ao celebrar 500 anos de evangelização.

Um balanço da presença da Igreja no país

A tarefa de tentar avaliar a identidade da Igreja em relação à sua presença na sociedade brasileira é bastante complexa. As grandes mudanças ocorridas em plano mundial e no país criaram muitos conflitos internos à Igreja, com repercussão na sua maneira de agir diante da sociedade.

Há mudanças culturais significativas em curso. Algumas afetam o relacionamento homem e mulher, outras atingem a estrutura familiar tradicional e ganham espaço as ideologias liberais.

A política se transforma pelos anseios democráticos e de participação cidadã, mesmo que na prática as expectativas atuais estejam frustradas pelo crescimento dos fanatismos ideológicos e pela pouca mobilização efetiva.

A cultura do consumismo abarca quase tudo, favorece a busca do prazer sem limites e responsabilidades, potencializa o consumo das drogas “*alimentado por um comércio criminoso*”³¹, favorece uma nova forma de alienação. Além disso gera uma grave questão ecológica, pois as reservas naturais, especialmente não renováveis, podem se esgotar e comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das gerações futuras.

Há, particularmente, um grande conflito em traduzir o compromisso principal da Igreja — o de evangelizar — numa proposta viável de transformação do país, mediante um projeto alternativo capaz de criar uma sociedade mais justa, mais solidária, particularmente voltada para os pobres e os excluídos.

O Concílio Vaticano II trouxe à prática pastoral da Igreja importante referência, marcada por uma forte presença de compromisso histórico com a vida do povo, compromisso que se traduzia pelo exercício da participação mais ativa na vida e nos rumos da sociedade brasileira.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) têm papel fundamental neste processo. Muitas delas tornam-se espaço de formação da consciência crítica e política das novas lideranças populares, particularmente importante na época da ditadura militar.

Surgem movimentos novos para diferentes situações pastorais, especialmente de leigos e leigas empenhados em repensar e fazer atuar carismas pessoais, com relativa autonomia e sem muita motivação pelo social. Trazem para dentro da Igreja, principalmente para as ações litúrgicas, apelos de renovação espiritual e novas formas de expressão mais emocionais e menos intelectualizadas.

O processo de redemocratização do país, que foi a base de um projeto político e social diferente, em grande parte germinou na luta pelos direitos humanos, na busca da liberdade de expressão e de iniciativas libertadoras das estruturas injustas. E não foram poucos os mártires que, nesse período, tombaram na luta.

30. RUBENS RICUPERO, “A Purificação da memória, *Folha de São Paulo*, 26/3/2000, pág., 2-2. A expressão encontra-se no Documento da Comissão Teológica Internacional “*Memória e Reconciliação: a Igreja e as Culpas do Passado*”, São Paulo, Edições Loyola, 2000.

31. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 1999 – 2002 – Documentos da CNBB, n.º 61, n.º 138, pág. 90-91, Edições Paulinas, 1999.

O modelo político e social também é questionado quando surgem os serviços pastorais que dão especial atenção aos excluídos em nosso país. Esses serviços contrapõem-se à opressão imposta aos sem-terra, aos desempregados, aos índios e suas nações, às crianças, mulheres, negros, jovens.

O maior mérito dessa caminhada é o de articular todos os protagonistas, com ênfase especial aos leigos — assumindo a sua própria vocação — e aos próprios excluídos. Isso não impede que haja em determinadas circunstâncias uma presença mais forte da própria hierarquia, particularmente a dos bispos, organizados e atuantes, interpretando a voz dos que não têm voz. Tal aconteceu particularmente no tempo da ditadura militar.

O país inseriu-se, aos poucos, na modernidade, na pós-modernidade e na globalização econômica. Estes fenômenos trazem luzes e sombras ao projeto alternativo para construir a sociedade sem exclusão. Torna-se, para a Igreja, ainda mais complexa e desafiadora a tarefa de ajudar a transformar a sociedade. A globalização econômica, aliada à inércia das nossas elites, veio de encontro ao principal núcleo transformador, presente na nova Constituição: as conquistas de direitos sociais dos cidadãos. Estas, ainda que imperfeitas, tornam-se um ponto de referência das mobilizações em busca de alternativas políticas para transformar o país.

O processo despertado pelas Semanas Sociais, realizadas em 1991, 1993-1994 e 1997-1999, trouxe significativa contribuição para o resgate das chamadas dívidas sociais do país. Foram temas importantes em torno do “Mundo

do trabalho”, “Brasil Afortunado e Protagonistas” e “Resgate das dívidas sociais”, com conseqüências práticas de fortes mobilizações populares e repercussões na opinião pública. Importante momento foi o da realização, em 1998-1999, do *Simpósio e Tribunal da Dívida Externa*.

No ano de 1999 a Igreja atualizou as suas diretrizes de ação. A base destas diretrizes se sustenta no diagnóstico de que a exclusão cresce no país, os pobres merecem atenção particular e as dívidas sociais precisam ser resgatadas no jubileu do ano 2000, pensando nos 500 anos de sua presença no Brasil, cheia de luzes e de sombras.

A campanha da Fraternidade do ano 2000, a primeira de caráter religioso abrangente e ecumênico, está sendo um novo marco a reforçar a caminhada por um amplo e renovado compromisso de presença da Igreja, juntamente com todas as forças vivas, sociais e religiosas, no serviço ao projeto alternativo para superar as exclusões. Este serviço, para a Igreja, sempre será o sinal decisivo de autenticidade da sua missão.

Tudo isso abre um novo marco de renovação para os conflitos internos da Igreja, hoje bastante visíveis pela forte presença dos apelos do “marketing” da comunicação e da emoção. Alguns falam até como se estivesse acontecendo o fim da era da Teologia da Libertação³². Outros até acham que esse apelo midiático da Igreja pode ser — o que não está ocorrendo — excelente instrumento de expressão democrática e de crítica da liberdade de pensamento em busca de projetos novos e alternativos para a sociedade brasileira.

32. Cf. Otávio Frias Filho, “Réquiem para a libertação”, Folha de São Paulo, 21/10/99, pág.1-2.

Começo de um novo momento?

Há evidente inquietação entre os especialistas em religião e pastoral sobre esses novos fenômenos, entre preferências emocionais ou racionais, entre personalismos e coletividade. Todos, porém, poderiam se perguntar quais são os desafios permanentes da obra final de fixação do compromisso cristão.

Podemos estar enganados, mas não é gratuito o interesse dos grandes conglomerados da mídia nacional em dar ênfase ao espetáculo emocional do novo catolicismo, que nos pode fazer esquecer os grandes problemas nacionais.

Assim o fizeram, em passado recente, pela omissão da imagem do que se passava de novo na Igreja nos anos 60 e 70. Naquele momento crítico, o "status quo" era fortemente questionado e a Igreja se empenhava em falar como voz dos sem-voz.

Agora o fazem a fim de exaltar o que lhes convêm para a manutenção do pensamento hegemônico, que prefere adiar mudanças e críticas à nova ordem econômica preconizada pela globalização equivocada, concentradora de riqueza, incrementadora de pobreza e exclusão, e destruidora de valores éticos mais permanentes.

É evidente que o balanço da caminhada coloca a Igreja diante de muitos dilemas e questionamentos. Estes requerem uma análise mais profunda da Igreja na sua estrutura e na sua identidade. Não podemos nos contentar apenas em enxergar o que aparece como sendo a sua presença pública.

A Igreja: estrutura, identidade e interrogações

A razão de ser da Igreja é estar em relação. Ela se define em relação à Trindade, em relação com o mundo, em relação com a missão, em relação com as outras Igrejas cristãs e com as religiões. Esta perspectiva está clara na eclesiologia do Concílio Vaticano II que, segundo o Papa João Paulo II, foi o "acontecimento providencial através do qual a Igreja iniciou a preparação próxima para o jubileu do segundo milênio. Trata-se realmente de um Concílio semelhante aos anteriores, e todavia tão diverso; um Concílio concentrado sobre o mistério de Cristo e da sua Igreja e simultaneamente aberto ao mundo"³³.

A análise feita até aqui mostra claramente que o "Brasil está na encruzilhada entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional"³⁴.

A Igreja no Brasil de hoje, nessa encruzilhada, precisa fazer a si mesma algumas interrogações para enfrentar os desafios inerentes à sua natureza.

Diante do balanço traçado por esta análise surgem duas perguntas centrais:

O que nos falta como Igreja para ajudar a construir um Brasil diferente neste marco do ano 2000 e de 500 anos de história e de evangelização?

Que Brasil alternativo, sem submissões, sem exclusões, sempre solidário com o resto do mundo, pensa a Igreja ajudar a construir, daqui para frente, diante da necessidade de restaurar utopia tão bem expressa no lema da CF2000 (Novo Milênio sem exclusões)?

33. "Tertio Millenio Adveniente", n.º 18, versão em língua portuguesa, Libreria Editrice Vaticana, pág. 25.

34. MÍLTON SANTOS, "Brasil na Encruzilhada — Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional", *Carta Capital*, 12/4/00, pág. 23-28.

Fazer-se essas perguntas significa para a Igreja tornar-se flexível e corajosa, numa humilde atitude de conversão e de mudança, criando uma nova maneira de ser como serviço e pedindo perdão de possíveis formas equivocadas de agir nestes 500 anos de presença no país.

É urgente restaurar o espírito de comunhão, de participação, colegialidade e de subsidiariedade³⁵.

O prefácio do *Novo Código de Direito Canônico* trata das relações intra-eclesiais como unidas e subsidiárias como forma de garantir a descentralização e a autonomia. É interessante observar como o texto explicitamente mostra que em nenhum momento a descentralização e o trabalho conjunto sejam fatores de desagregação ou de risco de fortalecer-se igrejas nacionais, preocupadas apenas com as questões locais. Entende-se exatamente o contrário, ou seja, com a subsidiariedade e a descentralização crescem as oportunidades de melhor servir e exercer o múnus pastoral.

É importante reavivar a consciência e a prática de que os bispos, os presbíteros, todos ministros, ordenados ou não, os leigos e as leigas, os religiosos e as religiosas, têm uma vocação comum como Povo de Deus e, como corresponsáveis, vocações próprias e específicas.

Nesse sentido também são importantes as articulações de alguns princípios que dão vida e energia ao corpo eclesial: a "*variedade-complementariedade*", para efetivar a comunhão e não a relação de poder entre as diferentes vocações, a "*au-*

tonomia", que valoriza a identidade de cada um e o direito de cultivar o próprio carisma, e a "*subsidiariedade*", que dá às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível.

As recentes viagens de João Paulo II e os seus pedidos de perdão insinuam como é também importante somar esforços com todos os cristãos e as outras confissões religiosas. Tudo isso para imprimir qualidade e dedicação à nossa ação corresponsável e para enfrentar a nossa realidade não evangelizada nessa encruzilhada de nossa história.

A respeito dessa encruzilhada, entre submissão a um pensamento hegemônico e a construção de um projeto nacional que não exclua ninguém e atenda urgentemente os nossos excluídos, vale-nos ainda a advertência de João Paulo II sobre os riscos do neoliberalismo e suas consequências, particularmente em relação aos mais fracos: "*Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como 'neoliberalismo'; sistema que, apoiado numa concepção economista do homem, considera o lucro e as leis de mercado parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo.*"³⁶

Concluindo

Há muitos motivos de esperança e ânimo para continuar a caminhada, após 500 anos de presença da Igreja no Brasil, apesar das omissões, das sombras e dos tropeços em seguir de perto os ainda excluídos e marginalizados, particularmente as nações indígenas, os negros,

35. Prefácio do *Novo Código de Direito Canônico*, nn. 4 e 5, pág. XXIX, São Paulo, Edições Loyola, 1983.

36. JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal 'Ecclesia in America'*, São Paulo, Edições Loyola, 1999, n.º 56 pág. 64.

os sem-terra, as mulheres, as crianças, idosos e os que vivem nos porões da nossa sociedade.

Cabe a uma Igreja cheia de fé e de esperança, servidora e profética, colegial

e participativa, corresponsável e buscando a subsidiariedade, tirar todas as conseqüências práticas do que significa estar presente e enfrentar os desafios dessa encruzilhada brasileira.

Estaremos, nesse momento, unidos e atentos o suficiente para não nos deixar enganar pela emoção, pela estética pura ou pelos números?

Estaremos unidos no discernimento da gravidade do momento brasileiro que estamos vivendo?

Tentará a Igreja exilar-se em si mesma, numa identidade funcional e no sucesso da comunicação estética e emocional, tão a gosto do “marketing” eletrônico?

Tentará, ainda, a Igreja exilar-se afastando-se do povo para falar com as autoridades e o poder sobre os problemas do povo?

Continuará a Igreja fiel, acreditando no Senhor³⁷ “que manifesta o poder de seu braço”, “derruba os poderosos de seus tronos” e “eleva os humildes” de seu povo, na busca de uma grande síntese entre fé e vida, entre a emoção e a ética, abrindo sempre mais espaços de diálogo, de serviço, de anúncio e de compromisso histórico?

Buscará a Igreja, “à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres”, junto com o “povo de Deus” e com as forças democráticas, mais críticas e ativas, “participar da construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino Definitivo”?

Brasília, 19 de abril de 2000³⁸.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Ao longo do texto os autores intercalam uma série de perguntas. Selecione algumas delas para discutir e aprofundar em comunidade.
2. Que pode fazer a sua comunidade para colaborar na busca de respostas aos desafios apresentados no texto?

37. Lc. 1,51-52.

38. Este texto é um extrato de “500 anos: início de uma nova caminhada? — Análise de Conjuntura”, São Paulo, Edições Loyola, 2000.

Educação Evangelizadora em um Mundo Globalizado

SURAYA BENJAMIN CHALOUB

SITUANDO O CONTEXTO

Somos conscientes de que estamos vivendo uma época de profundas e aceleradas transformações sociais, que incluem aspectos sócio-econômicos, explosão exponencial da ciência e da tecnologia e transformações culturais. Todos nos sentimos imersos neste amplo e voraz **processo de mudança**, que está deslocando as estruturas e processos das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam ancoragem estável ao mundo social.

Segundo Boff (1994), estamos passando por uma grande crise cultural e civilizacional, que está se realizando especialmente em três vertentes:

- por uma mutação tecnológica,
- pela globalização da economia de mercado e
- pela emergência de uma nova consciência planetária.

Estamos vivenciando as dores do parto de uma nova ordem social (Boff, 1999).

Embora haja as mais variadas leituras da natureza deste processo de mudança, verifica-se nelas um ponto comum: ênfase na aceleração crescente, na descon-

tinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento ou descentração dos referenciais fixos, coerentes e estáveis. Esta verificação é importante para entendermos o impacto desta mutação, também chamada de “globalização” (Hall, Stuart, 1999).

Mesmo abstraindo-nos de qualquer análise e/ou juízo sobre a globalização, é imprescindível considerarmos os **desafios globais** da sociedade e do mundo em que vivemos, as **exigências da revolução técnico-científico-informacional e social** na qual estamos imersas e que, indiscutivelmente afetam nosso trabalho educativo e todas as dimensões da sociedade.

O pano de fundo de luta **contra a exclusão**, por exemplo, segundo Assmann (1999, p.16), passa pela **educação**.

“No panorama da **mundialização do mercado**, com a marca do predomínio descontrolado do capital financeiro sobre o capital comprometido com o crescimento e a melhoria das condições de vida da população, a **educação se transformou em recurso de sobrevivência**.”

Não se vislumbram, nem no cenário mundial e menos ainda no brasileiro, potenciais políticos para reverter este quadro. Com isso, tornou-se aguda a consciência de que a **luta contra a exclusão** e por uma **sociedade onde caibam todos** passa fundamentalmente pela educação” (idem, p.17).

“Hoje, continua Assmann (ibidem, p.21), **educar** significa salvar vidas. Ser educador/a é a mais avançada **tarefa social emancipatória**.

Talvez essa afirmação possa parecer ingênua e otimista, mas não o é.

A era atual já foi definida como a **era da comunicação, da informação**.

Descobriu-se em nossos tempos outra **dimensão da natureza**, até agora ainda inexplorada — a **informação**.

Cada ser existente, vivo ou inerte, é portador de informações que podem ser percebidas, captadas, medidas, armazenadas e computadorizadas. As telecomunicações, a biotecnologia (o código ou patrimônio genético, ADN, contém todas as informações para a constituição do ser humano), a informática e a robótica expressam tecnicamente esse **novo conhecimento da realidade**, que é a **informação**.

Essa nova realidade criou um novo alfabeto, o da informática e inaugurou a **sociedade informacional** (Boff, 1994, p.12).

A **matéria-prima fundamental** da atual revolução tecnológica, bem como seu **principal resultado** é a **informação**, como a energia foi a matéria-prima da revolução industrial.

Essa **sociedade informacional** é consequência da **revolução digital**, isto é, da possibilidade de transformar todo tipo de informação (do texto até a voz, sons e imagens, fixas ou em movimento) em números (dígitos), o que permite elaborar, acumular, comunicar e utilizar qualquer tipo

de informação em formas antes não só impraticáveis, como inconcebíveis.

Nesta mesma dimensão, a **multimídia**, que permite acessar e interagir com a informação sob as mais variadas formas, tornou-se cada vez mais difusa, bem como o conceito de **interatividade**, isto é, a possibilidade de cada pessoa ser um **sujeito interatuante** e não apenas um objeto passivo do fluxo informativo, como atualmente ocorre com os usuários dos jornais, revistas, TV, rádio e cinema.

E as **infolias** se tornam as passarelas pelas quais a humanidade dá o salto para o século XXI.

O **ambiente multimidiático** mais do que uma tecnologia, é uma **visão de sociedade** e uma **nova forma de vida** (Santomé, 1998).

Portanto, não se trata apenas de um assunto tecnológico, mas basicamente se torna também um **grande desafio** político, cultural, educativo, religioso, econômico e social.

Todas essas preocupações e questões visam oferecer elementos para um **novo paradigma civilizatório**, que está sendo gerado e que poderá dar sentido ao nosso tempo.

Requisito indispensável hoje é, pois, a criação de uma **consciência planetária**, que implica em buscar **novos referenciais**, os quais ajudarão a perceber e responder aos **desafios da globalidade** para chegar a desenvolver um senso de justiça e de responsabilidade com os povos e grupos sociais ignorados e silenciados.

A **grande lição da globalização**, segundo Santos (1998), é que hoje são possíveis outras visões de mundo, a partir de qualquer lugar, onde não apenas uma cultura é capaz de ensinar, mas todas são igualmente capazes desse magistério.

De fato, nenhuma cultura expressa a totalidade do potencial criativo humano.

Todas juntas mostram a versatilidade do mistério do ser humano e as mais distintas formas de realizarmos nossa humanidade (Boff, 1999, p.92-93).

Aceitar e respeitar a **diversidade cultural**, sem transformá-la em marginalização, bem como reconhecer e acatar o **diferente**, sem impor-lhe a desigualdade, são atitudes decorrentes de uma consciência planetária.

Se aceitamos o **mundo** como um **sistema de relações interdependentes**, temos que considerar em todas as análises de suas partes, as partes restantes. Se a criação é um **todo orgânico**, nele incluído o ser humano, a humanidade tem a responsabilidade de cuidar desse todo (Boff, 1999; Santos, 1998).

O que realmente importa é a sobrevivência do homem no planeta, com um senso aguçado de dignidade e de responsabilidade de uns para com os outros.

Ora, se vivemos uma comunidade de destino, somos todos **cidadãos do mundo**, urgindo contrapor a solidariedade ao individualismo.

A **pobreza e a miséria**, por exemplo, continuam um grande desafio porque são questões sociais e não apenas naturais. São produzidas pela forma como se organizam a sociedade e constituem **impeditivo radical da cidadania**.

Nas condições atuais de produtividade a **fome** se tornou um **absurdo inaceitável**. Ela não é mais só fruto da exploração, mas o que é mais grave, é decorrente da "exclusão".

Na atual conjuntura mundial o **fato mais preocupante** é, inegavelmente, o império estarecedor da **lógica da exclusão** e o alastramento da **insensibilidade** que a acompanha (Assmann, 1998, p. 26).

Não se pode, porém, pretender reagir a este fato maior com esquemas simplistas, diante da complexidade da situação.

Entre as **simplificações** com as quais nos confrontamos, quando queremos refletir sobre o ideal humanizador de uma **sociedade onde caibam todos**, destacamos os **radicalismos** que somente sabem denunciar mas são incapazes de oferecer propostas alternativas factíveis. São radicalismos que constituem uma espécie de **pseudo-profetismo** com exigências éticas ilimitadas, no fundo de cunho neoplatônico e gnóstico (Assmann, 1996, p. 223).

Nessa feiura social que nos rodeia, é normal que se deseje ver as coisas mudarem rapidamente para melhor. Mas, na prática, é impossível conseguir realizar essa mudança da noite para o dia; vivemos numa sociedade ampla e complexa, constituída de **pessoas** que são **feixes de paixões e interesses**, embora tenham também vocação para a fraternidade (Idem, p. 222/224).

Não se pode esquecer que a conversão à fraternidade e à solidariedade não é um dado congênito do ser humano, mas sim um processo exigente e sempre inconcluso de conversão pessoal e coletiva, imprescindível para que existam predisposições para uma solidariedade efetiva. É **indispensável**, portanto, a **educação à solidariedade!**

Embora hoje, mais do que nunca, seja forte o apelo à solidariedade, é preciso um reexame crítico de profetismos radicais ingênuos e desgastantes, fontes de frustrações e desânimos porque apoiados em uma antropologia de pessoas ideais e em mudanças sociais em descontinuidade com o presente. (Idem, p. 228/229).

De que valem postulados exigentes acerca da solidariedade, se não balizamos os ingredientes de nossa visão das potencialidades do sujeito no contexto da sociedade na qual se situam? se não sabemos articular horizonte utópico e

mediações históricas da práxis? se não chegamos a alternativas práticas? se não queremos “plantar cidadania”?

Ela é **fundamental** para garantir ao menos as necessidades elementares de todos os cidadãos e **ela não se faz sem consciência e exercício prático** de seus direitos e deveres.

Na sociedade da informação e do conhecimento, é óbvio que se reconheça o **conhecimento**, como o **vestíbulo da cidadania**. Não o conhecimento como apropriação de saberes acumulados da humanidade mas sim como **experiências personalizadas de aprendizagem de vida e de mundo**, com vistas à construção de uma sociedade onde caibam todos (Idem, 1998, p. 113).

Assmann (1996, 1998, 1999) é enfático quando afirma que processos cognitivos e processos vitais se tornaram praticamente sinônimos. Cada ser, principalmente o vivo, para existir e para viver tem que se flexibilizar, se adaptar, se re-estruturar, interagir, criar e evoluir. Tem que **fazer-se um ser aprendente**. Caso contrário morre. Assim ocorre também com o ser humano. Onde faltam processos de aprendizagem, desaparece a vida.

Aqui se retoma o **papel fundamental da escola**, que não pode ser reduzida a simples agência repassadora de conhecimentos prontos. Sua função é a de ser contexto e clima organizacional propício à iniciação em vivências personalizadas do aprender a aprender, ou seja, propício à construção de um conhecimento personalizado e ao exercício de uma ética social democrática. Não há verdadeiro processo de conhecimento sem conexão com as expectativas e a vida das pessoas.

Hoje, o avanço das biociências tem nos mostrado que **vida é, essencialmente, aprender**. A essência do “estar vivo” é estar interagindo como aprendente, com a ecologia cognitiva na qual se está imerso, desde o plano estritamente biofísico até o mais abstrato plano mental (Assmann, 1998).

Daí, a afirmação tão perentória de Assmann (1999, pág.21), já apresentada por nós no início deste capítulo: **“Educar significa salvar vidas. Ser educador/a é a mais avançada tarefa social emancipatória**.

Essa é também a nossa crença!

BUSCANDO REFERENCIAIS PARA UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA COMPROMETIDA COM OS PRINCÍPIOS EVANGÉLICOS

1. Visão de educação

Como educar? Como fazer de uma escola um contexto e clima organizacional propício à iniciação e desenvolvimento de vivências personalizadas de aprendizagem e, sobretudo, de aprendizagem do ser?

Como criar e recriar para os educandos um espaço onde o processo do aprender venha alimentado pela utopia de uma sociedade que se pretende construir? (Chaloub e outros)

Falar em **educação** é falar da “**construção de pessoas**”, não de indivíduos. É de pessoas em sua totalidade de energia cósmica e espiritual, compreendendo também sua corporeidade. Não se pode trabalhar identidade, sem se referir e sem partir do “corpo” — nosso corpo somos nós mesmos nos expressando.

O trabalho educativo, comprometido com a fé cristã, visa ao desenvolvimento da pessoa humana, à construção de sua identidade em relação a seu **acontecimento fundante**:

- **elevada a uma dignidade própria**, que se firma na emergência da consciência, da liberdade e do amor;
- **chamada a uma transcendência**, isto é, sua dignidade é utópica, se faz livre e continuamente, respondendo como sujeitos aos desafios do contexto e se orientando para o Absoluto;
- **vocacionada à felicidade**, que supõe construção de um sentido para a própria existência e para seu contexto social, assumindo a realidade concreta da vida com seus contrastes, valores e ambigüidades.

Como o desenvolvimento das pessoas acontece necessariamente dentro de um contexto sócio-econômico-cultural específico, todo processo educativo há de partir sempre da consciência crítica desse contexto, de suas contradições e das possibilidades práticas de sua transformação.

O político como horizonte pedagógico, dentro de nossa visão, expressa-se no **exercício da cidadania** — cidadania não como meta distante, mas como prática cotidiana, inclusive da vida escolar. Sem exercício democrático não se constrói uma sociedade livre e participativa. O ideal democrático, já o disse Jacques Maritain, é o nome profano para o ideal cristão da fraternidade, pois tem como motivo determinante a igualdade, o amor e a solidariedade (Boff, 1999).

Dentro dessa liberdade há que se respeitar o **pluriculturalismo**: as diferenças de gênero, raça, religião, ideologia e de quaisquer outras minorias sociais.

Também a superação dos conflitos, inerentes a toda vida humana, será uma aprendizagem realizada mediante o exercício diário do relacionamento humano, do diálogo, da solidariedade, do intercâmbio, da partilha, que reforçam a **humanização da cultura e do saber**.

Visa-se ao **primado da sabedoria** sobre a ciência e ao **respeito à ética** das relações entre pessoa humana, tecnologia e política, promovendo a educação para a paz.

Agora, mais do que nunca, afirma Boff (1998, p.26), precisamos ter sabedoria. Sabedoria para captar as transformações imprescindíveis. Sabedoria para definir a direção certa. Sabedoria para projetar o sonho que nos guiará. Sabedoria, enfim, para priorizar ações concretas que vão traduzir este sonho em realidade.

Se nossa visão educativa, vinculada aos princípios evangélicos, se funda na **centralidade da pessoa humana**, nossa meta é a **comunhão social**: justa, fraterna, solidária, participativa, livre, democrática, a serviço da vida.

Essa meta exige, nós o reafirmamos, um exercício cotidiano que supere o caldo da nova cultura individualista, promovida por uma organização social centrada na dominação do mercado e impulsionada por uma tecnologia cada vez mais sofisticada, num ritmo acelerado e diversificado de orientação.

Torna-se **imprescindível**, pois, assumir a **solidariedade**. Não como gesto isolado, mas como seiva de uma cultura que é **atitude permanente e critério de respeito e cuidado com a vida** e com tudo o que existe e vive, até mesmo para garantir-nos a possibilidade de vida para todos — base para quaisquer outros valores.

Essa atitude e critério abarcam necessariamente os empobrecidos, marginalizados e **vitimados por mecanismos de opressão e exclusão**, resultantes do neoliberalismo dominante. Ser solidários para com estes nossos irmãos, os mais ameaçados em sua vida, implica em questionar o tipo de sociedade, cuja lógica de funcionamento produz tantos excluídos. Isso exige compreensão e tradução

desse questionamento em alternativas que se iniciam pelo **“plântio de cidadania”**, o que não acontece sem aprendizagem e exercício prático cotidiano.

Precisamos e queremos possibilitar aos educandos uma experiência de aprendizagem vivida na construção personalizada do conhecimento, na descoberta de um mundo real que atrai e encanta porque é um mundo vivo — mundo que se conhece, que se sente e que se ama; mundo que se teme porque cheio de violências e desamor, mas também mundo de sonhos, de utopias, de valores, de encantamentos e de mistérios. Mundo que “se gosta”, porque se constrói na convivência do dia-a-dia e se constrói em base à própria fé e às próprias crenças.

Assumimos esta postura porque acreditamos que a aquisição da ciência e da técnica tem como finalidade última a felicidade da pessoa humana e a construção de uma sociedade democrática na qual todos tenham voz e vez, as diferenças sejam administradas, seja valorizado o entendimento, seja construída a paz e seja vivenciada cotidianamente a solidariedade — uma **sociedade fundada no respeito à dignidade e sacralidade humana**.

Toda educação projeta um tipo de pessoa humana em vista de um tipo de sociedade sonhada.

Conhecer o contexto no qual se está inserido é, portanto, indispensável para que se possa formar cidadãos capazes de intervir consciente e criticamente na sociedade em que vivemos. Aliás, toda organização educacional só tem sentido se proporcionar a seus educandos condições para serem **agentes na ressignificação e recriação** do mundo em que se situam.

Não é possível, porém, conhecer a sociedade global sem conhecer a vida coti-

diana e experimentá-la criticamente; não é possível conhecer e vivenciar conscientemente a cotidianidade, sem conhecimento crítico da sociedade global.

Somos **“cidadãos do mundo”** e não apenas deste ou daquele rincão, embora o contexto específico onde nos situamos seja efetivamente o húmus de nossa história.

Fator decisivo na irrupção de um novo mundo é, sem dúvida, também a **consciência ecológica**. Hoje, percebe-se a consciência geral de que o destino da espécie humana está associado indissoluvelmente ao destino do planeta Terra e do cosmos.

Para compreender a realidade complexa de nosso mundo atual, com suas redes, interações e complementaridades, não valem os velhos paradigmas. Os **avanços das ciências da terra e da vida mudam nossa imagem de universo e da missão do ser humano dentro dele**. Urge assumir atitudes, formas, métodos e estratégias dinâmicas e flexíveis de organização da diversidade percebida em suas conexões, ambigüidades e contradições.

Promover e viver essa **re-ligação**, nos diz Boff (1994, p.48-70) é obra de fé, que **não se esgota no espaço sagrado. Seu lugar é na vida** e é missão de todos e de cada um que assumiu com Cristo o projeto do Pai — sentido axial da vida e da história.

2. Referenciais ético-políticos

Para desenvolver um trabalho educativo é **preciso ter referenciais**, princípios norteadores ou teorias mais ou menos articuladas e coerentes que guiem, fundamentem e justifiquem a atuação pedagógica. Esses referenciais servem de instrumentos para contextualizar e priorizar metas e finalidades, para planejar o

todo, analisar e avaliar seu desenvolvimento e para tomar decisões sobre a adequação de todo o processo pedagógico em gestação.

Em se tratando de referenciais ético-políticos, lembramos Passos (1997) que diz ser a **“ética uma construção-invenção na qual em cada oportunidade, em cada gesto cotidiano, em que devo fazer escolhas, está lançada a chance concreta de me fazer mais ou menos humano, no risco da liberdade”**.

Toda produção e invenções históricas da humanidade querem criar condições para a pessoa humana ser feliz. Em todo processo educativo **identifica-se o ser feliz com os valores**, que orientam e sustentam as ações numa visão realista, em que se reconhecem os próprios limites, administram-se os conflitos e aceitam-se as perdas (Equipede, 1998).

Educação ético-política é essencialmente construção do sujeito histórico, da consciência histórica e da auto-organização dos processos vivos, em vista da sobrevivência e da qualidade de vida do futuro em nosso planeta. Inclui, no processo escolar, o **aprender vida e aprender mundo para a construção de um novo mundo onde caibam todos** (Assmann, 1998).

Tal posicionamento é derivado de uma concepção de ética como referência incondicional à pessoa na sociedade e no universo. Três dimensões integradas constituem esta concepção. Primeiro, o princípio básico da ética é a própria vida humana em processo histórico de auto-construção. Segundo, a vida ética, que começa na pessoa, estende-se necessariamente ao convívio social. Terceiro, a **ética é mais ampla que a vida pessoal e social; ela abrange todo o universo**, toda a realidade planetária.

Considerando, assim, a ética como dependente das circunstâncias da pessoa e de seu meio sociocultural, ela é necessariamente inventiva, criativa, provisória e mutável e se constrói no diálogo de todos os interessados na solução do problema ético-político que se apresenta.

Nessa concepção, uma proposta pedagógica cristã terá, então, como princípio fundamental ético-político a **“construção do sentido”** que determinará a **“construção comunitária da realidade”**.

Será todo um **contexto de educação para a solidariedade** que consistirá, também e sobretudo, na busca dos campos de sentido para as lutas pela sobrevivência e para as expressões de prazer que fazem sentir como é gostoso **“fazer algum bem para o outro”** e experimentar horizontes mais amplos de vida.

A democracia, forma de sociabilidade que se buscará fazer penetrar em todos os espaços sociais, para ser integral será sócio-cósmico-planetária. Ganhará novas dimensões, tornando-se cidadania ativa, que tem como ponto de partida a compreensão e o respeito do cidadão como portador de direitos e deveres, teia de relações, ator social, participante da vida e da organização de seu contexto social (Hühne, 1997).

É importante recordar que a questão ético-política tem a ver com os projetos de mundo que nossos modos de conhecer elaboram e alimentam. Para isso, porém, **a informação por si só não é suficiente** para a aquisição de valores e atitudes. Os conteúdos precisam ser instrumentos de compreensão crítica da realidade. As opções didáticas, os métodos e as atividades serão impregnadas de valores para que fundamentem a construção de conceitos, incentivem atitudes e promovam a **cultura da vida e da solidariedade** (Sung e Silva, 1995).

3. Referenciais Epistemológicos

Considerado o **conhecimento** não como algo que se transmite, mas como **algo que se constrói**, ele é concebido como um “**tornar-se**” e não como um “**ser**”. Seu estatuto é o da correspondência, da equivalência, não o da identidade.

A construção do conhecimento, pois, será essencialmente ativa: sempre caracterizada por formação de novas estruturas mentais relacionadas a outras anteriores. Implica num processo de “**troca**” do organismo com o meio, de tornar as estruturas mentais mais complexas, móveis e estáveis. **Conhecer é reinventar o mundo.**

Esta visão epistemológica supõe considerar o educando como sujeito, integrado em seu contexto e com ele comprometido historicamente. Desafiado constantemente pela realidade, este educando-sujeito responde-lhe de maneira original, pessoal e sua resposta modifica não só a realidade como também a si próprio.

A elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao **processo de conscientização**, que consiste na aproximação crítica, problematizadora e criativa da realidade.

A partir desses referenciais a escola é entendida como local de construção e de ampliação do conhecimento; como espaço que vai sendo construído historicamente num determinado contexto sociocultural, no qual o educando se acha inserido numa relação de trocas e mútuas influências. Um espaço onde se relacionam cooperação e desenvolvimento intelectual e sócio-afetivo; espaço de aquisição de conceitos, procedimentos, atitudes vitais e habilidades.

Para que haja coerência com esta abordagem, é preciso que a **escola** tenha como função primordial a intervenção do educando no processo sociocultural

e a inovação da sociedade. Para isso, deve ser um **lugar em que já se exercite a cidadania**, garantindo aos educandos liberdade de escolha e de ação conscientes.

Um processo de ensino-aprendizagem voltado para a cidadania, comprometido com a construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna, obviamente alarga os horizontes dos educandos para além das disciplinas escolares, superando-lhes a visão fragmentada.

A **inter e a transdisciplinaridade** são os meios disponíveis para a superação da dissociação das experiências escolares entre si e com a realidade. Com elas se obtém a superação da visão restrita do mundo, a compreensão da complexidade do real e o **resgate da centralidade da pessoa e da vida** na realidade e na construção do conhecimento.

Por **interdisciplinaridade** entende-se uma nova consciência da realidade, um novo modo de pensar, a reciprocidade e integração entre áreas, conteúdos e saberes visando à produção de novos conhecimentos de modo global, abrangente e unificador. Assim entendida, a interdisciplinaridade se apóia no princípio de que nenhum conhecimento é completo, mas que todos eles constituem “**modos**” de ver a realidade sob prismas diferentes. Conhecimentos se interpenetram e originam novos desdobramentos numa síntese enriquecedora.

Ultrapassando os limites de cada disciplina, a **transdisciplinaridade** busca as convergências, a transversalidade dos valores. Desemboca-se numa compreensão globalizadora da realidade. O educando começa a pensar sobre “**seu modo de pensar**”, integrando-se consigo mesmo e com a realidade num processo de conscientização. Estabelece-se a circularidade pessoa-sociedade-vida-conhe-

cimento numa implicação recíproca (Bitencourt, 1999).

Este processo assim entendido promove mudança de atitude a respeito da formação do educando nos aspectos afetivos, relacionais e éticos, concomitantemente com os racionais, lógicos e objetivos.

Nesta visão sócio-interacionista e sociocultural de educação a **avaliação** se insere como momento do processo: contínua, gradual, diagnóstica e formativa. É um processo de auto-avaliação, avaliação mútua e permanente. Dentro desta **prática avaliativa humanizadora** é imprescindível o respeito à pessoa do educando, seu nível de estruturação mental, suas conceitualizações e sínteses provisórias, seus desvios de caminho, seus “erros” e incompreensões — alavancas propulsoras de novos avanços no conhecimento da realidade, do mundo e de si mesmo.

Esta posição epistemológica requer, obviamente, uma **pedagogia aberta**, atenta às questões emergentes do contexto, que criam **novos modelos de cultura e sociedade**, com as quais o educando se compromete como cidadão participativo.

4. CONCLUINDO

Ao refletirmos sobre a questão da educação evangelizadora no mundo globalizado sempre tivemos presente a mediação “escola”, unicamente por ser ela a **nossa prática diária**. A práxis educativa escolar é o nosso chão de experiência de Deus e de continuidade de seu projeto de salvação.

Partindo também da consideração da **escola como espaço de conhecimento e de aprendizagem**, não pretendemos

atribuir-lhe maior importância, nem prioridade alguma. Simplesmente reconhecemos que a **pedagogia se move no plano da construção de realidades como realidades significativas**, isto é, **carregadas de sentidos que emergem** sob a forma de experiências de aprendizagem, que por sua vez emergem de processos auto-organizativos **da vida real**, na qual viver e aprender se identificam num único processo. A função do conhecimento está, pois, a serviço da organização do mundo experiencial do sujeito e não da descoberta de uma realidade ontológica objetiva (Assmann, 1998, p.105-113).

A questão pedagógica tem a ver, portanto, com os projetos de mundo que nossos modos de conhecer elaboram e alimentam. E, inevitavelmente, desemboca na difícil conjugação entre o horizonte utópico e os projetos para sua realização. Por isso a **questão pedagógica** inclui no próprio aprender, o **aprender vida e aprender mundo**, com vistas à **construção de um mundo onde caibam todos**.

E esta aprendizagem, é preciso que se inicie no próprio ambiente escolar — laboratório de vida, considerada nas mais variadas manifestações de sua unidade e sacralidade. Aí, então, se dá uma **nova experiência do Sagrado**, se vivencia a **abertura ao sentido radical** (de raiz) **da existência**, se realiza um **encontro vivo com a Fonte originante de todo ser — Deus**.

Fazer o anúncio explícito da mensagem cristã, que tem em si um valor cultural, será, neste ambiente encharcado de vida, contribuição original e preciosa para a vida da sociedade e direito inalienável da pessoa humana.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, H. *Metáforas novas para reencantar a educação; Epistemologia e Didática*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1996.
- _____. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Paixão pela educação com os pés no chão. In *Revista de Educação AEC*, ano 28, N. 110, Jan/Mar de 1999.
- BOFF, L. *Nova era: a civilização planetária*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Ética da Vida*. Brasília: Letraviva, 1999.
- BITTENCOURT, M. Tudo ao mesmo tempo. In *Revista Educação*, N.219, julho de 1999.
- CHALOUB, S. e outros. *Proposta Pedagógica do CENSA*. Campos dos Goytacazes /RJ, 2000.
- EQUIPEDE. *Carta de Princípios das Escolas Salesianas/FMA*. Lorena/SP: Ed. do Centro Cultural Teresa D'Ávila, 1998.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HÜHNE, L.M. (Org) *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ: SEAF, 1997.
- PASSOS, L.A. Educação libertadora: a construção-invenção-imaginada! In *Revista de Educação AEC*, Ano 26, N. 105, Out/Dez 1997.
- SANTOMÉ, J.T. *Globalização e interdisciplinidades: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, M. Ser intelectual na era da globalização. In *IX Endípe*, Águas de Lindóia/SP, Anais II, Vol.1/1, 1998.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SUNG, J. M. e SILVA, J. C. *Conversando sobre Ética e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais os traços do contexto mundial de hoje que marcam mais a sociedade brasileira, desafiando a nossa criatividade na educação?
2. Que visão de educação predomina na sua comunidade e/ou província e como esse referencial influi nas decisões e nas ações?
3. Que referenciais ético-políticos devem, prioritariamente, iluminar e alimentar a missão educativa hoje no contexto da globalização?
4. Qual a importância dos referenciais epistemológicos na educação evangelizadora? Eles estão de fato presentes na ação educativa da sua comunidade, particularmente nas escolas?

 Suraya Benjamin Chaloub
Mestra em Educação pela PUC/RJ.
Cursos de Especialização em Planejamento
Educativo de Comunitário. Catequese
para Adolescentes e Pastoral Juvenil, em
Santiago/Chile, Roma/Itália e Lyon/França.
Diretora do Centro Educacional N.S.
Auxiliadora (Da Escola Infantil ao Ensino
Médio). Professora Universitária de
Filosofia da Educação e Epistemologia.

Endereço do autor:
Rua Salvador Correa, 139 — Centro
Campos dos Goytacazes, RJ
CEP 28035-310
E-mail: suraya@censa.com.br

Experiências de Encontro com Deus Pai

ÁLVARO BARREIRO, SJ

OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Nos retiros que tenho dado sobre a *Parábola do Pai Misericordioso* para as mais variadas classes de pessoas fiquei admirado com os frutos produzidos nos participantes, tanto no nível da experiência do encontro pessoal com o Deus novo anunciado por Jesus, como no nível dos apelos para a prática da misericórdia. Eis três exemplos:

Numa fazenda para recuperação de mulheres aditas às drogas, uma menina de 15 anos, induzida a prostituir-se pela própria mãe e que tinha sido enviada para lá pelo juiz de menores por uso de drogas e prostituição, como menina de rua, depois de ouvir os comentários sobre a parábola do pai misericordioso e de contemplar o quadro de Rembrandt, dizia emocionada e com os olhos cheios de lágrimas: «Eu não sabia que Deus era assim tão bom». Durante outro retiro, um funcionário público graduado disse-me: «Nestes dois dias de retiro encontrei o que andei buscando durante muitos anos no espiritismo, nas sessões do Santo Daime e de outras religiões, sem nunca

encontrá-lo». Uma jovem religiosa, que tinha graves e dolorosos problemas de relacionamento com o pai, confessava depois de ter experimentado a misericórdia e o perdão ilimitado de Deus: «No meu perdão está a nossa salvação». A palavra *nossa* incluía o pai, a mãe e ela própria. A experiência de sentir-se amada por Deus de maneira absolutamente gratuita e incondicional levou-a a amar, com um amor também gratuito e inteiro, o próprio pai, e a redescobrir quanto ele a tinha amado nos anos da infância¹.

Da constatação dos frutos produzidos pelos retiros nasceu a idéia de publicar um livro para que os participantes — usando como subsídios o conteúdo e o método nele desenvolvidos — pudessem, depois de terem feito eles próprios a experiência, comunicá-la a outras pessoas².

A mesma motivação pastoral foi a que me levou a pedir aos participantes de sete dos retiros dados no primeiro semestre de 1999 uma avaliação por escrito da experiência feita. A avaliação era livre, anônima (embora, de fato, muitos a tenham assina-

1. Reprodução de um texto tomado das pp. 9-10 do livro citado na nota seguinte.

2. Cf. ÁLVARO BARREIRO, *A Parábola do Pai Misericordioso à luz do quadro de Rembrandt «O Regresso do Filho Pródigo*, São Paulo, Edições Loyola, 1999.

do) e com perguntas abertas. Responderam mais de cem pessoas, de idade, profissão e caminhada espiritual muito diversas: religiosos/as e leigos: jovens, adultos e aposentados; universitários e operários; donas de casa e profissionais liberais.

A proposta da avaliação tinha duas finalidades. A primeira, dar ao orientador uma idéia mais ampla e detalhada do que mais ajuda as pessoas e das eventuais dificuldades encontradas. Este objetivo não pode ser alcançado durante o retiro, sobretudo quando os participantes são muito numerosos³. A segunda finalidade das avaliações escritas era tornar acessí-

veis aos participantes de outros retiros, mediante o orientador, as riquezas das experiências de retiros anteriores.

O objetivo deste artigo é realizar, embora de maneira diferente, esta segunda finalidade. Os destinatários escolhidos para partilhar essas experiências foram os/as religiosos/as do Brasil, usando como veículo de comunicação a revista *Convergência*. As avaliações são muito ricas. Foi, por isso, doloroso, mas necessário, fazer uma seleção. Para conservar, na medida do possível, sua autenticidade e riqueza, os testemunhos são citados quase sempre no seu teor original

I. JUÍZOS GLOBAIS SOBRE O RETIRO⁴

Nas avaliações há dois tipos de juízos sobre o retiro: uns são mais breves e de caráter mais global; outros, mais longos, explicitam pontos mais particulares.

1. Testemunhos mais breves

Nestes testemunhos são usados repetidas vezes adjetivos como estes: «maravilhoso», «ótimo», «excelente», etc. Eis alguns exemplos:

«O retiro está sendo maravilhoso». «Para mim este retiro foi maravilhoso, pleno de sabedoria e graças». «O encontro foi maravilhoso. Promoveu o reencontro do Pai conosco, ou melhor, nosso encontro com o Pai, com a misericórdia do Pai». «Este retiro foi uma experiência maravilhosa do amor do Pai misericordioso para mim».

«A experiência foi ótima». «Este retiro foi excepcional». «Todo o retiro foi muito

rico». «Não vou conseguir passar tudo aquilo de belo que rezei, senti e vivi no meu coração neste dois dias de retiro». «Foi de uma riqueza, consolação e orientação esplêndidas». «Para mim o retiro foi uma bênção de Deus». «Foi excelente. Aprendi muitas coisas novas». «Todo o retiro foi muito proveitoso».

«É a primeira vez que participo de um retiro e achei tudo maravilhoso, ótimo para mim». «Foi um dos meus melhores retiros». «Nos últimos dez anos foi a melhor coisa que me ocorreu. Estive afastado da Igreja durante treze anos. Pensei até frequentar outras religiões por falta de estímulo. Mas graças ao Pai, surgiu-me este retiro».

Como consequência do enriquecimento espiritual trazido pela experiência do amor do Pai, são expressados com frequência sentimentos de alegria, de

3. As partilhas feitas durante a celebração da Eucaristia eram sempre muito ricas, mas a limitação do tempo não permitia a participação de todos.

4. Não transcrevo as observações feitas sobre a metodologia usada no retiro, embora um número significativo dos participantes tenha descoberto, usando esse método, uma nova forma do orar e de contemplar as cenas evangélicas. Também não recolho as expressões de agradecimento ao orientador. Faço questão, porém, de dizer que ao lê-las me senti em profunda comunhão com os retirantes.

agradecimento e de louvor, e o desejo de que outras pessoas possam fazer a mesma experiência:

«Esta experiência de aprofundamento da minha fé e do modo de me relacionar com o Pai foi forte demais». «Esta forma de abordagem nova me fez reencontrar com Deus, com o Pai». «Depois deste retiro tão bom, voltei a ser feliz». Após enumerar uma dezena de descobertas feitas durante o retiro, um participante termina dizendo: «Que belas descobertas!». «Este retiro me fez crescer na vida espiritual movendo-me à conversão em vários pontos concretos». «Quanta coincidência... Que graça de Deus... É a Providência Divina agindo na minha vida»⁵. «Deveria ser repetido sempre para que todas as famílias pudessem participar».

«Agradeço a Deus a oportunidade deste encontro com o Pai misericordioso». «Obrigada por me ajudar a me aproximar de Deus». «Obrigada por este retiro tão especial». «Só quero agradecer. Muito obrigada. Muito obrigada mesmo». «Obrigada, meu Deus, por esta oportunidade de analisar com o coração esta parábola tão rica, tão bela». «Muito obrigada por me fazer sentir tão amada». «Encontrei novamente o meu Pai. Encontrei um Deus novo. Nasci de novo. Louvado seja Deus pra sempre. Amém».

2. Testemunhos mais longos

Alguns retirantes fizeram questão de dar testemunhos mais longos, como uma maneira de expressar a riqueza da experiência e o agradecimento pelas graças recebidas. Eis três exemplos.

«Este retiro desconcertou-me, deslumbrou-me, extasiou-me. Estive sempre à

procura da “Justiça”, mas creio que com olhos humanos não podia descortinar a misericórdia de Deus e o seu “AMOR louco” por nós. Deus ensinou-me que o homem ajoelha-se diante da Bondade e que a PAZ é sua filha; e não, como eu imaginava, filha da Justiça (...). A Justiça pode ser exigida. A Bondade é um presente de Deus. E como presente, deve estar *presente* em todos os momentos da nossa vida, inclusive naqueles em que nos sentimos, como o filho mais velho, “injustiçados” (...). Ao Pai cabe toda a glória e toda a honra de nos ensinar a amar sem distinção, sem recriminação, incondicionalmente».

«Tive que subir a colina da Santíssima Trindade⁶ para descortinar algo novo em mim e no Deus que eu amo, um Deus misericordioso e cheio de surpresas. Ah! quantas dracmas eu havia perdido e as encontrei, festejando o encontro com danças e orquestras em todo o meu ser (...). Fui encontrada pelo Bom, Boníssimo Pastor, que me trouxe, não nos ombros, mas bem unida ao seu terno coração. E o quadro dos filhos perdidos? Tudo o que eu tentar dizer não traduzirá nunca a beleza, a ternura, a saudade, o sentimento que a “mão do Pai” me infundiu, espalhando em mim certeza, segurança, entrega e abandono. Como um orvalho suave e fecundo, a “mão materna” gerou em mim uma necessidade de fertilizar meu amor, meu afeto e dar à luz uma nova pessoa capaz de se deixar amar (...). E aos pobres, aos marginalizados eu quero dar morada neste meu coração que tem amor, tem ternura, tem carinho, que terá lições de cruz e de ressurreição do meu Mestre».

O título deste terceiro testemunho é *30 anos à sua procura*. «Há anos vinha

5. Este testemunho é de um participante que não pertence à paróquia que organizou o retiro, mas, estando nela de passagem, foi convidado a participar dele.

6. Lugar onde foi dado o retiro do qual participou a autora deste testemunho.

procurando os motivos que me tornavam uma pessoa amarga, permanentemente carente; fazendo sempre as coisas para os outros, mas, no fundo, esperando o reconhecimento pelos meus feitos, a recompensa pelos meus méritos. Fazia, não gratuitamente, mas para ser vista. Como não tinha retorno, endureci meu coração aos 13 anos, e assim cresci prepotente, arrogante, aquela que não só exigia, mas também julgava. Complicava ainda mais as coisas complicadas para mostrar os erros dos outros, fazia-os sen-

tir as dores por suas fraquezas. — Somente no encontro com o Pai neste retiro experimentei sua gratuidade. Posso agora, depois de 30 anos, voltar a sorrir com despreendimento, servir sem esperar nada em troca, porque pela primeira vez me sinto amada, livre; desci de meu pedestal e posso agora sentir o calor e o amor dos que me rodeiam. Agradeço a Deus pela sua paciência em me esperar e, ainda por cima, de braços abertos, perdoadando-me e acolhendo-me no seu abraço paterno».

II. DESCOBERTAS E EXPERIÊNCIAS NOVAS

Vários dos temas deste item apareceram já no anterior, mas aqui são apresentados de maneira mais ampla e sistematizada. Expomos, primeiro, alguns pontos que foram experimentados pelos retirantes como experiências novas, como descobertas; a seguir, recolhemos alguns testemunhos sobre a descoberta da figura do filho mais velho; finalmente, transcrevemos e comentamos alguns aspectos da descoberta do «Deus novo» anunciado por Jesus e da experiência do seu amor de Pai.

leitura desta parábola, passava como se fosse uma estória. Mas o esclarecimento deste retiro transformou tudo para mim. Senti o amor de Deus para comigo e me aproximei dele como nosso Pai do Céu». Depois de descobrir a riqueza desta parábola, «quero ler com mais cuidado todas as outras». «Descobri esse novo ângulo da visão da estória (a relação entre os dois irmãos), que não havia percebido desde que conheço a parábola.

1. Descoberta de alguns pontos particulares

a. Novidade e riqueza da parábola

Nas avaliações foram feitos vários comentários sobre a novidade e a beleza da Parábola do Pai Misericordioso. Por extensão, foram feitas também referências à beleza e riqueza das outras parábolas: «Jamás podría haber interpretado yo solita esta parábola», escreve uma retirante centro-americana. «Para mim a parábola não era nova, já a tinha lido várias vezes. Mas só agora, neste retiro, com a ajuda do quadro e as exposições do pregador, é que eu me detive nela de forma diferente, deparei-me comigo mesmo e pude ver quanto eu me afasto deste Pai que é todo misericórdia». «Sempre que ouvia a

b. Sobre o silêncio, a alegria e as lágrimas

A novidade, a importância e os frutos da experiência do *silêncio* foram destacados por várias pessoas: «Gostei muito de ter feito o retiro em silêncio. Nunca o havia feito assim e foi uma descoberta. Me senti muito à vontade». «Foi a primeira vez que fiz um retiro em silêncio e, nos momentos de oração pessoal, pude realmente ouvir o Pai. Procurarei fazer isso mais vezes; se possível, diariamente». «A experiência de silenciar o coração e a boca foi inigualável. Adorei». O tema da *alegria* aparece de maneira implícita ou vinculado a outros temas que são mais sublinhados. Mas há também alguns testemunhos diretos: «Deus nos ama e nos quer felizes». «Eu

sempre acreditei no amor de Deus para comigo; mas nunca tinha tido a coragem de alegrar-me e de deixar-me amar por Deus». Houve também várias referências às *lágrimas*. Um dos testemunhos termina assim: «Depois, as lágrimas se misturaram com um abraço».

c. *Ajuda do quadro de Rembrandt para a contemplação da parábola*

«O que mais me chamou a atenção foi descobrir e experimentar que *Deus é Pai e Mãe* ao mesmo tempo». «Mergulhei minha cabeça no coração do Pai...». «Pude me sentir no coração do Pai, como que sendo gerada de novo nesse amor infinito». «Eu senti o Pai abraçando-me e dizendo-me: “Acalme-se. Eu estou com você, acabou, agora e sempre eu protejo você”». Para um participante o momento mais rico do retiro foi quando conseguiu colocar-se dentro da cena — narrada na parábola e reproduzida no quadro de Rembrandt — em que o pai acolhe o filho mais novo. «Foi aí que senti saudades, angústia e um aperto forte no peito. Não dá para explicar. Só sei que chorei bastante. Saudades desta mão forte e deste abraço carinhoso do Pai que sempre nos acolhe como seus filhos». Um retirante teve a experiência mais forte do abraço do Pai ao contemplar o quadro no momento da celebração do perdão: «O rito da celebração da penitência e da reconciliação foi riquíssimo pelo simbolismo. Algo me surpreendeu: no momento de ajoelhar e receber a absolvição o penitente via claramente a cena do abraço no quadro de Rembrandt. O Pai misericordioso continua a nos perdoar pelas mãos dos sacerdotes».

2. *Descoberta da importância do filho mais velho na parábola*

Como vimos por alguns dos testemunhos já citados, e voltaremos a ver por outros, a identificação com o *filho mais novo* foi muito forte para muitos retirantes ao contemplar a cena da sua acolhida pelo pai. Acrescentamos aqui mais alguns testemunhos:

«O que mais me tocou foi o amor do Pai para com o filho mais novo». «Identifiquei-me com o filho mais novo quando, por falta de sensibilidade cristã, deixei de distinguir o verdadeiro sentido da vida, priorizando falsas felicidades (ter, poder, prazer) e afastando-me da casa do Pai. Necessitando depois levantar-me e converter-me, abraçando Deus e suas causas». «Cheguei diante de Deus como uma mendiga, esfarrapada e faminta, e pude sentir esse abraço dele». «Identifico-me também com o filho mais novo no desejo de voltar sempre e de me aconchegar ao seio do Pai e daí não sair nunca mais. Peço que nunca me deixe separar dele».

Dado que nas pregações e comentários tradicionais da parábola a personagem mais (ou exclusivamente) comentada é a do filho mais novo, um número significativo dos participantes descobriu no retiro a importância do filho mais velho na parábola. Ele representa, com efeito, pelo seu modo de pensar e de agir, os escribas e fariseus. A essa descoberta seguiu-se um processo de identificação com ele, com os seus sentimentos e comportamentos; e, dentro desse processo, a consciência da necessidade da conversão e o desejo de converter-se⁷.

7. Significativamente, a identificação foi diferente no retiro dado para 25 presos na penitenciária Lemos de Brito do Rio de Janeiro. Devido à sua história passada e à sua situação presente, os presos identificaram-se mais com o filho mais novo. Por outro lado, há pessoas para as quais, devido à sua história pessoal, é muito difícil identificar-se com o filho mais velho. Lembro particularmente o caso de um jovem que fez o retiro no ano anterior e que defendeu até o fim como certas as atitudes e a conduta do irmão mais velho.

Nos testemunhos que seguem são explicitados alguns dos aspectos desse processo.

«Agora vejo de outra maneira a postura do filho mais velho, que antes me passava despercebida». «Acho que me identifico muito com o filho mais velho, por achar que faço as coisas certas e deveria ser melhor recompensada». «Temos muito do filho mais velho». «Com tantas virtudes, eu não podia ser como o filho pródigo... Mas o Pai foi me mostrando um retrato diferente: uma filha com muita teoria, mas distante». «O que mais me tocou foi o fato de descobrir a redoma de vidro que me cerca, me mantendo, como o filho mais velho, afastado e sem participar da verdadeira comunhão. Pela graça de Deus, pude quebrar essa redoma e sinto-me livre para comungar verdadeiramente». Depois de identificar-me com o filho mais velho, «com a graça de Deus fiquei livre das mágoas e ressentimentos que tanto mal nos fazem, afetando inclusive a saúde física». «Ainda preciso descer do pedestal do meu orgulho, da minha arrogância e do meu Eu para poder me doar e me entregar aos meus irmãos». «“Tudo o que é meu é teu”. Minha felicidade deve ser a experiência de ver que os outros são felizes».

Transcrevemos a seguir, integral ou parcialmente, alguns testemunhos mais longos sobre a identificação com o filho mais velho.

«Me chamou muito a atenção a atitude do filho mais velho. Talvez por estarmos sempre olhando para a atitude dos outros, para a vida dos outros. É justamente o que acontece com a maioria das pessoas, incluindo-me eu nelas. No correr da vida, no salve-se-quem-puder, não “temos tempo” para olhar para dentro, para sentir o quanto somos amados. Daí nasce a carência e nos tornamos egoístas e ingratos».

«A insensibilidade do filho mais velho ao não ter a mais mínima idéia do motivo da festa me fez pensar que também nós, às vezes, estamos tão envolvidos em nossos deveres e obrigações que não percebemos o que está acontecendo ao nosso redor, o que provoca sofrimento e alegria no nosso próximo mais próximo».

«Identifico-me com o filho mais velho quando me vejo invejosa, prepotente, orgulhosa, rancorosa, distante afetivamente do Pai; quando não acolho nem vivo a bondade do Pai com meus amigos, irmãos “perdidos”; quando não me reconheço também pecadora».

Mesmo identificando-se sinceramente com o filho mais velho, as pessoas percebem que não é nada fácil converter-se, mudando o modo de pensar e de agir do irmão mais velho. É o que mostram alguns testemunhos mais longos, dos quais extraímos os trechos seguintes:

«Muita coisa me tocou, mas, para ser breve, ficarei com a descoberta de saber-me tão “farisaica”, identificando-me ir-restritamente com o filho mais velho (...). Estou ainda no estágio de “filho mais velho”. Terei de esforçar-me em dobro para chegar ao de “pai”. Não é fácil! Mas as diretrizes foram dadas... E eu louvo a Deus por este retiro! Agora é pedir-lhe que me empreste seu coração misericordioso para amar (pois sem a sua graça não o conseguirei), primeiramente a mim mesma e depois aos que encontro pelo caminho: ricos ou pobres (...), moços ou velhos, limpos ou sujos, sem distinção de credo, raça, religião. Então, poderei dar meu abraço misericordioso ir-restritamente ao meu irmão, dando-lhe a alegria que me foi dada hoje, sentindo-me “abraçada” amorosamente pelo Pai, na certeza de que, incontestemente, “a misericórdia de Deus é maior do que os nossos pecados”».

«Eu sempre enxergava apenas o filho mais novo, tinha sempre sobre ele mais dó, mas pelo fato de achá-lo erradíssimo». (...) Neste retiro, «ao descobrir a profundidade da parábola, passei a ver de outra maneira o filho mais velho. Agora tenho “pena” do filho mas velho por não conseguir entrar em comunhão com o pai e com o irmão (...). Reconheço que para ele é muito difícil devido à sua sensibilidade, pois eu também achava que ele é que estava certo. Agora percebi em mim erros que antes não via e que devo ser mais misericordiosa».

O terceiro testemunho — que resumimos, por ser muito longo — reflete a história muito sofrida da relação da autora com os seus irmãos. Começa assim: «O filho mais velho é o certinho às avessas. Faz tudo achando que é o certo, mas não acolhe o que ele considera errado». A autora mostra depois, numa análise muito fina, que ela era objeto de inveja dos irmãos por ser — ao contrário do que acontece na parábola — a certinha e a que tinha tido mais sorte. Por outro lado, ao sentir-se mais agraciada, sentia-se mais responsável pela felicidade dos outros e lutava desesperadamente para ajudá-los. Mas, ao agir assim, desrespeitava e incomodava os outros. No retiro viu que tem de converter-se e a concretização da sua conversão: pôr suas qualidades ao serviço dos outros e viver a prática desse serviço como *dom*.

3. Aspectos da experiência do encontro com o «Deus novo» anunciado por Jesus

a. A experiência de sentir-se amado

«Falei convicta, muitas vezes, deste Pai misericordioso, do seu amor incondicional, como uma verdade que eu ainda não havia experimentado como agora». «O Deus Pai Criador, que me amou desde toda a eternidade, ainda estava por

vezes, ou quase sempre (para mim), no seu trono». Neste retiro «me senti mais próxima do Pai misericordioso. Pude experimentar na oração o quanto sou amada por Ele. Esse Pai não me esquece em nenhum momento e em nenhuma situação. É um Pai tão perto de mim que posso escutar as batidas do seu coração». «O que mais me tocou neste retiro foi experimentar a dimensão grandiosa do amor que Deus Pai tem para com seus filhos: um amor misericordioso, restaurador e conquistador (...). Descobrir essa face do amor de Deus para comigo foi e será muito importante em minha vida».

«Estou me sentindo como o filho pródigo ao participar deste retiro. Estive afastada da Igreja Católica vários anos (...) E, ao voltar, «ninguém me pediu explicações pelo meu afastamento, nada me foi cobrado, e hoje vejo este retiro como uma festa oferecida por Deus, comemorando a minha volta; hoje percebo e sinto verdadeiramente o amor do Pai, e como é bom amar e ser amado. A depressão e a tristeza, que me levaram a buscar inutilmente outros caminhos, estão desaparecendo, dando-me uma tranqüilidade muito grande e uma paz interior há muito tempo almejada».

«Apesar de estar buscando uma vida espiritualizada há muitos anos, ainda sentia uma grande solidão e angústia no fundo de minha alma. Com a reflexão sobre a “Parábola do Filho Pródigo” percebi como a minha relação como Pai era de falta de confiança e distância. À medida que fui sentindo a infinita bondade de Deus-Pai, uma alegria imensa invadiu todo o meu ser, dando-me a sensação de acolhimento e amparo. Este retiro proporcionou-me um profundo encontro com Deus-Pai».

De um testemunho longo sobre a nova visão de Deus após o retiro, como resposta às próprias buscas, desejos,

carências, tiramos estas expressões: «Deus-Pai-Misericordioso é o amoroso pai que eu gostaria de ter tido e perdi aos 4 anos de idade. Ele é minha incansável busca (...). Um Deus-Pai é todo aquilo que eu gostaria de ter. Um colo amigo para eu recostar minha cabeça e descansar minha mente de tantas lutas e conflitos. Um colo amigo para que o coração do Pai batesse em unísono com o meu coração, enchendo-me com sua paz, harmonia, amor, plenitude».

«Consegui, por meio do retiro, receber este abraço do Pai. Me senti amada, muito amada. Me surpreendi, pois me limitava somente em Jesus, talvez por ele ter sido humano como nós, ter morrido por causa dos nossos pecados. Esse tempo todo da minha conversão Jesus me mostrava o Pai e eu o desconhecia. Foi uma experiência maravilhosa. Pois precisava me sentir amada para poder expressar este amor ao longo da minha caminhada. Foi através desse amor que descobri dentro de mim muitos conflitos interiores e auto-suficiência. Deus, com muito amor, me fez ver as minhas feridas, sangrá-las para eu poder buscar a cura».

«Estou vivendo uma experiência insondável de amor filial. Cheguei a me sentir como a ovelha carregada nos ombros do Pastor, e depois sendo acolhido em seus braços, sentindo o calor do seu peito e, por que não dizer, sentir o pulsar de seu coração. Jamais tinha dado tanta ou tamanha importância a este Amor Paterno. Talvez por ser mais próxima a figura de Jesus, que arma sua tenda no meio de nós e sofre nossas dores. Talvez também por causa da experiência dolorosa com meu pai biológico...».

2. Descoberta das qualidades do amor de Deus

Muitas das características do amor de Deus já apareceram nos itens ante-

riores. Aqui vamos explicitá-las mais, recolhendo sobretudo os testemunhos que falam do amor de Deus como sendo, ao mesmo tempo, singular e total, paciente e eternamente fiel, incondicional e absolutamente gratuito; qualidades que nos fazem experimentar esse amor como «desconcertante», «escandaloso», «louco».

Neste retiro experimentei o abraço do Pai/Mãe, que é «ao mesmo tempo força, rocha, amparo, segurança, refúgio, alento, calor de amor, ternura, compreensão, bondade». «Tudo o que aprendi e senti neste retiro foi bom para me conscientizar desse grande amor de Deus por mim. Um amor incondicional, gratuito, incomparável, inexplicável».

«Esta parábola veio me dar a resposta do grande amor misericordioso do Pai, que me ama com amor infinito e gratuito, sem impor nenhuma condição para me amar». «Nós podemos romper a relação com Deus pelo pecado, mas Deus nunca deixa de amar-nos e esperar-nos». «O Deus que nos foi revelado por Jesus Cristo não é um capitalista que negocia comigo “obras” e “méritos”. Ama a todos os seus filhos com um amor total».

«Diversas passagens me tocaram, mas para mim nada mais importante — depois de tanto tempo afastado da Igreja, afastado da comunhão, afastado da oração, fechado, rancoroso, invejoso, pretensioso etc. — que saber que Deus está me esperando de braços abertos com todo o seu amor». «Tocou-me bastante o amor “escandaloso” do Pai para com todos os seus filhos. Tão escandaloso que não vê limites, que é capaz de descer ao nível do mendigo para poder com ele compartilhar todo o seu amor, toda a sua misericórdia».

3. *A experiência do perdão e da misericórdia de Deus*

A experiência e a prática do perdão

«Fazendo este retiro tive a oportunidade de conhecer a grandeza do Pai, de sentir bem no fundo do coração que Ele está sempre pronto a nos abraçar e perdoar». Neste retiro descobri «o Pai misericordioso que está sempre pronto a nos perdoar, a nos acolher, a nos receber novamente». «Descobri que o perdão não é teoria ou mito, mas uma realidade que eu posso experimentar apesar de todos os meus pecados».

Dessa experiência brota o desejo de perdoar: «Tive uma maravilhosa experiência do amor e do perdão de Deus que me levou a uma decisão de perdoar e de pedir perdão a todos os que me ofenderam ou àqueles a quem ofendi». «Com este belíssimo retiro aprendi como perdoar e muito mais amar». «Fiquei muito feliz e encantada de saber que tenho condição de perdoar e ser perdoada». «Hoje eu quero me identificar com o Pai, perdoar e voltar ao convívio com Ele».

A experiência e a prática da misericórdia

O tema da experiência da misericórdia do Pai e o desejo, nascido dessa experiência, de praticar a misericórdia aparece nos testemunhos como uma das maiores graças do retiro. Eis alguns exemplos da «descoberta do amor misericordioso do Pai»:

«O que mais me tocou neste retiro foi a revelação da imensidão da misericórdia do Pai». «Descobri neste retiro que Deus é um Pai muito paciente diante de nossas inúmeras fraquezas. Ele está sempre com as suas mãos estendidas disposto a nos perdoar». «Um Deus que nos abraça, orienta e nos enche com seu amor quando nos despojamos do nosso

“eu” orgulhoso, egoísta, ciumento, invejoso, rebelde, resistente, e nos entregamos a Ele». Descobri «a misericórdia do Pai, que, quando nos arrependemos e voltamos, sempre nos acolhe de braços abertos». «Depois de afastar-me do Pai, indo para regiões longínquas, como o filho pródigo, ao voltar fui sempre recebido com uma misericórdia infinita».

«A misericórdia do Pai é tão grande que perdoa sempre nossos pecados e nos acolhe de braços abertos, sejam quais forem as condições em que nos encontramos». «A imagem do Pai *correndo* em direção ao filho mais novo me emocionou. Ele transbordou de carinho, seu amor era tanto que foi capaz de romper com as convenções sociais e deixar-se transbordar. Isto foi muito confortador para mim. Sempre soube que Deus nos ama, mas nunca tinha sentido seu amor com tal força de sentimento e emoção».

4. O verdadeiro amor é sempre livre

Porque considero extremamente importante o tema do respeito que Deus tem pela nossa liberdade, assim como a reflexão orante sobre ele, enfatizo-o muito em todos os retiros. Nós podemos dizer «Sim» ou «Não» ao amor que nos é oferecido por Deus. Deus «mendiga» nosso amor, mas não nos obriga a amá-lo, porque um amor imposto não é amor, porque o amor ou é livre ou não é amor. Só com estes pressupostos a força da parábola não é esvaziada e sua mensagem não é banalizada. Eis alguns ecos desse tema nos testemunhos dos retirantes:

Neste retiro «pude compreender melhor a questão da liberdade concedida aos homens para fazerem o que bem entenderem das suas vidas sem, contudo, fechar-lhes as portas ao perdão, ao arrependimento. Quem ama não impõe, compreende e aceita o outro da forma como é». «O reconhecimento do amor

de Deus e a resposta a ele são livres. O pecado consiste em não abrir-se, em fechar-se a esse amor». «Deus respeita a nossa liberdade de nos voltarmos ou não para o seu amor total». «Deus respeita

sempre a liberdade de cada um». «Não cerceia nossa liberdade, para que possamos agir segundo a nossa própria vontade». «Porque Deus nos ama tanto, nossa responsabilidade é maior».

III. FRUTOS DA EXPERIÊNCIA DO AMOR DE DEUS E CONSEQÜÊNCIAS PRÁTICAS

1. Apelos, luzes, confirmações

Confiança no Pai

Como vimos, um dos pontos mais mencionados e explicitados nas avaliações foi a experiência da confiança no amor, no carinho, na misericórdia do Pai. Esse tema aparece também como um fruto que deve ser cultivado depois do retiro, e que deve alimentar a vida espiritual.

Eis algumas expressões da experiência dessa confiança no amor do Pai: «Me certifiquei mais uma vez do perdão e da misericórdia de Deus». «Pude experimentar o grande amor do Pai em minhas fraquezas». «Neste retiro superei a dificuldade que tinha de me relacionar com Deus Pai ao descobrir o grande amor que ele tem por nós». «Levo daqui a presença de um Deus que me envolve como o céu inteiro e ainda sinto que tenho a descobrir...».

«Este retiro veio reforçar em mim a confiança infinita no Pai. Por incrível que pareça, não temo mais nada. Confio inteiramente e me entrego totalmente a Ele. Tenho quinze irmãos e sei que Ele salvará a todos, embora alguns se encontrem meio afastados ainda. Sou a irmã mais velha e me sinto na responsabilidade de trazê-los para o seio da Igreja, já que nossos pais, que eram muito católicos, já faleceram. A acolhida do Pai ao filho mais novo foi maravilhosa e assim espero que este mesmo Pai acolherá não só a mim, mas a toda minha família».

À constatação da experiência seguem-se referências à confiança nesse mesmo amor para adotar na vida cotidiana no-

vos comportamentos: «Temos que ter confiança no Pai misericordioso que nos foi revelado nas palavras e nas ações de Jesus Cristo, entregando-nos totalmente em suas mãos». «Temos que dar testemunho desse amor do Pai nas nossas vidas, nos momentos alegres e tristes (...). Espero que meus dias agora estejam sempre voltados para este Amor que me foi mostrado». «Agora (isto é, depois de haver experimentado o amor de Deus) posso aproximar-me dele».

Apelos para a prática da misericórdia e do perdão

Quem fez uma profunda experiência do amor de Deus, com as características descritas acima, sente-se movido à prática do perdão e da misericórdia na vida cotidiana. Eis alguns testemunhos nesta linha:

«Neste retiro consegui perdoar o mal que meu irmão nos fez, a mim e ao meu marido, durante 24 anos.» «Aprendi que devo perdoar àqueles que me ofenderam e me fizeram sofrer tanto». «Aprendi a ser mais misericordiosa, como o Pai, e a ver o mundo com olhos novos, com os olhos do Pai». «Assim como o Pai nos ama e perdoa, também nós devemos amar e perdoar nossos irmãos e ser misericordiosos, especialmente com os pobres e oprimidos». Uma das avaliações termina com esta súplica: «Que eu possa crescer, após este retiro, e possa ser um pouco como esse Deus-Pai tão amado».

«Neste retiro pude, pela primeira vez na minha caminhada cristã, experimentar

colocar-me no lugar do Pai e encher-me de misericórdia com relação às pessoas que me magoaram e outras com as quais é difícil conviver em paz. Glória a este Deus Pai-Mãe maravilhosos! Que mais irmãos possam experimentar esta misericórdia salvífica. Que eu possa ser um instrumento desta misericórdia para todos quantos estiverem à minha volta, no meu convívio. Este é meu desejo, minha procura. Amém!»

Luzes e confirmações

Este retiro «deixou-me um referencial riquíssimo e original para a seqüência de minha vida, nas minhas relações cotidianas». «Depois deste retiro, vejo com mais clareza a presença de Deus Pai em mim e na minha família». «Vejo o quanto eu poderia ter feito e não fiz». «Agradeço a *este Pai* que me acolheu tanto (...), que é um Pai de amor». «Sinto-me mais fortalecida e mais consciente do amor incondicional que Deus tem por mim; sinto-me abraçada por Ele, amparada e feliz por ter lhe aberto o meu coração até então tão cheio de dúvidas, angústias e rancor».

Transcrevemos três breves testemunhos cujos autores dizem que se sentiram confirmados, quer no seu itinerário espiritual, quer nos seus trabalhos pastorais. Depois de aludir à experiência do seu trabalho pastoral com travestis, uma irmã sente-se confirmada na sua missão: «A escuta, a presença, o amor aos mais esquecidos só podem ser fruto da misericórdia do Pai». Na mesma linha se expressam os outros dois breves testemunhos: «Muita confirmação na decisão de permanecer na caminhada à qual o Senhor me chamou». «Tive uma confirmação do meu trabalho apostólico».

2. Atitudes, desejos, projetos, propósitos

Apresentamos, para terminar, alguns testemunhos que giram em torno destas palavras-chave.

Atitudes

«Embora a misericórdia do Pai seja imensa, minha responsabilidade dobrou». «Que eu tenha sempre misericórdia com o meu próximo, meu irmão em Cristo». «Vi claramente que devemos praticar a misericórdia com os irmãos, começando pelos de casa». «Sei que Deus vai abrir meu coração para deixar de comportar-me como o filho mais velho». «Peço a Deus que eu esteja sempre alerta para perceber e sentir com muito carinho sua presença, pois Ele se revela a todo momento». «Volto para casa com um coração mais aberto para todos os chamados». «Após este retiro ficarei mais atento aos comportamentos de ressentimento, dureza de coração, auto-suficiência, mesquinhez etc.».

Desejos/projetos

«Estou saindo daqui com um desejo maior de amar sempre mais este Pai misericordioso na minha vida». «Vi que muita coisa ao meu redor precisa ser mudada, mas isso só será possível através da minha mudança. Devo ser mais gratuita e mais pacífica para poder fazer descobrir aos outros o amor maravilhoso do Pai».

A propósito do tema «a força salvadora das experiências da infância», exposto no retiro, uma retirante fez o seguinte comentário: «Isto me levou a ver a importância que tem passarmos para nossos filhos, quando são ainda pequenos, quem é Deus, o quanto é bom e como nos ama, para que cresçam tendo uma imagem gostosa do Pai; e para que, se em algum momento de suas vidas se perderem, saibam para onde voltar, para quem voltar».

Propósitos

«Amar cada uma das pessoas na sua individualidade, assim como eu fui e sou amado individualmente». Depois de ter experimentado esse amor de Deus no retiro, devemos «transbordar e contaminar outras

peçoas com esse amor. Um amor que deve ser cultivado diariamente com orações e atos, deixando de ser “filhos mais novos” ou “mais velhos” e passando a nos parecer com o Pai». Depois de fazer esta experiência, uma retirante fez «o propósito de buscar sempre experimentar a alegria, a pureza, a fraternidade e o amor a Deus e aos meus irmãos e familiares que comigo convivem. Peço a Deus que, fortalecida e fundamentada em suas palavras, faça a opção por aqueles que de alguma maneira sofrem».

Noutro testemunho, longo e muito rico, aparece com toda clareza o processo que leva da experiência do amor de Deus, da conversão e da gratidão ao serviço, especialmente aos mais necessitados, exercendo com eles a paternidade/maternidade espirituais: «acolhê-los, abraçá-los, amá-los e, se possível, libertá-los». «Aprendi como Deus me ama e como posso ser feliz: Assumindo uma comunidade carente. É o que

falta na “minha” vida. A vida não é minha, é de Deus. E eu preciso assumir o lugar dele». «Ser misericordiosa com os desviados dos caminhos de Deus. Dar-lhes ajuda espiritual e material». Mostrar «amor aos irmãos “perdidos”: doentes, idosos etc. mostrando quanto o Pai os ama».

Uma terapeuta percebeu no retiro que diversas pessoas que sofrem de algum «mal psíquico» são, na verdade, carentes, não do amor do pai, irmão, amigos, mas de Deus. E sofrem exatamente desta carência, sofrem por não saberem, não sentem que são amadas incondicionalmente pelo Pai. Por estar convencida disto, decidi dar de presente o livro «A Parábola do Pai Misericordioso» a alguns desses pacientes. «Quero levar aos catequizandos — escreve na mesma linha outra retirante — um pouco do entusiasmo que nos trouxe este retiro sobre o amor gratuito de Deus para conosco».

CONCLUSÃO

Acreditamos que a amostra das experiências do amor de Deus que nos foi revelado por Jesus na Parábola do Pai Misericordioso tenha permitido vislumbrar algo da sua riqueza inesgotável, assim como admirar e degustar algo da beleza e do sabor dos frutos produzidos por ela nos que acolhem sua mensagem, meditando-a no seu coração.

Estas páginas foram escritas na esperança de que, por meio dos testemunhos de leigos anônimos nelas recolhidos, os/as religiosos/as que as lerem participem da alegria e da ação de graças experimentadas por eles. E na esperança de que, pela mediação desses testemunhos, se sintam confirmados/as na vocação e na missão que receberam do Senhor.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como as experiências narradas podem iluminar uma pastoral voltada para a animação espiritual de comunidades e grupos cristãos?
2. Que “lições” de vida você aprendeu com essas experiências?
3. Procure compartilhar com sua comunidade aqueles elementos dessas experiências que chamaram mais a sua atenção.

 Pe. Álvaro Barreiro: Teólogo,
Professor no Centro de Estudos
Superiores da Companhia de Jesus.

Endereço do autor:
Caixa Postal: 5047
CEP: 31611-970 — Belo Horizonte, MG